



RELATÓRIO E CONTAS 2014 | BANCO INTERATLÂNTICO



ÍNDICE

1. Principais Indicadores	4	9. Análise Financeira	21
2. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	5	9.1. Balanço	21
3. Enquadramento da Comissão Executiva	6	9.2. Demonstração de Resultados	21
4. Principais Referências	7	10. Proposta de Aplicação de Resultados	22
4.1. Estrutura Accionista	8	11. Demonstrações Financeiras	23
4.2. Órgãos Sociais	8	12. Notas às Demonstrações Financeiras	27
4.3. Marcos da Actividade	9	13. Parecer do Auditor Externo e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	59
4.4. Estratégia e Modelo de Negócio	11		
4.5. Presença Geográfica e Canais	12		
5. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro	13		
5.1. Contexto Internacional	14		
5.2. Contexto Nacional	14		
6. Principais Áreas de Negócio	16		
6.1. Posicionamento Competitivo	17		
6.2. Banca de Retalho – Particulares e Pequenos Negócios	18		
6.3. Banca Corporativa	18		
6.4. Crédito por Sector de Actividade	18		
7. Recursos Humanos	19		
7.1. Distribuição por Vínculo Jurídico	19		
7.2. Distribuição Funcional	19		
7.3. Distribuição por Género	19		
7.4. Distribuição por Escalão Etário	19		
7.5. Distribuição por Antiguidade	19		
7.6. Distribuição por Escolaridade	19		
7.7. Formação	19		
8. Responsabilidade Social	20		

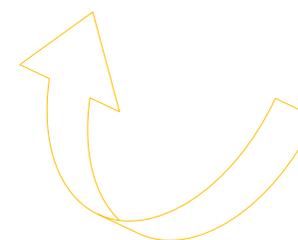


1 | PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores a 31 de Dezembro			Mil CVE	
	dez-14	dez-13	Valor	%
INDICADORES DO BALANÇO				
Activo Líquido	23.533.332	19.793.073	3.740.260	18,90%
Disponibilidades	4.038.922	745.547	3.293.375	441,74%
Títulos da Dívida Pública	2.407.802	1.397.776	1.010.026	72,26%
Crédito a clientes Líquido	12.806.990	12.913.620	-106.630	-0,83%
Crédito a clientes Bruto (excluindo Juros e Comissões)	14.223.451	14.362.711	-139.261	-0,97%
Crédito e juros vencidos	3.698.956	3.222.164	476.792	14,80%
Imparidade créditos clientes	1.390.712	1.388.503	2.209	0,16%
Recursos de clientes (excluindo e outros debitos)	20.490.097	16.958.499	3.531.598	20,82%
Depósitos dos Clientes	20.388.097	16.274.499	4.113.598	25,28%
Capitais Próprios	1.730.196	1.718.669	11.527	0,67%
INDICADORES DE EXPLORAÇÃO				
Margem Financeira	586.127	364.396	221.732	60,85%
Margem Complementar	219.213	234.341	-15.128	-6,46%
Produto Bancário	45.877	205.773	-159.896	-77,71%
Custos de Estrutura	530.323	556.729	-26.405	-4,74%
Resultado Antes de Impostos	10.474	83.478	-73.004	-87,45%
Resultado Líquido	10.474	73.496	-63.022	-85,75%
PRINCIPAIS RÁCIOS				
Resultado Líquido /Activo Médio	0,05%	0,38%	-0,34	p.p
Resultado Líquido /Capitais Próprios Médio	0,61%	4,29%	-3,68	p.p
Capitais Próprios/ Activo	7,35%	8,68%	-1,33	p.p
Rácio de Transformação (Crédito Bruto/Recursos dos Clientes)	69,42%	84,69%	-15,28	p.p
Rácio de Solvabilidade (Critério BCV)	11,74%	12,56%	-0,82	p.p
Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto	26,01%	22,43%	3,57	p.p
Qualidade do crédito BCV (Circular Série "A " nº 150/DSE/2009)	18,66%	13,86%	4,80	p.p
Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos	37,60%	43,09%	-5,49	p.p
Nº de Empregados	117	115	2	1,74%
Nº de Agências	9	9	0	0,00%
(Crédito+Depósitos)/Empregado	284.590	259.758	24.833	9,56%
(Créditos+Depósitos)/Agência	3.699.676	3.319.124	380.552	11,47%

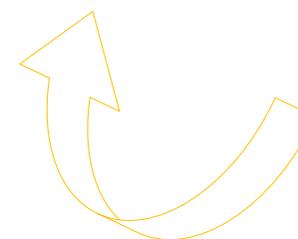
+ 9,56%

(Crédito + Depósitos) | Nº Empregados



+ 11,92%

Margem Complementar | Produto Bancário



+ 11,47%

(Crédito + Depósitos) | Nº Agências



2 | MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em Agosto do ano passado, no ano em que o Banco fez 15 anos de vida, fui eleito para Presidente, não executivo, do Conselho de Administração do Banco Interatlântico que continuou a assentar o seu funcionamento na existência de uma Comissão Executiva e do respectivo Presidente.

Para mim, que participei no nascimento do Banco é certo que se, então, os desafios que se colocavam eram grandes e ambiciosos hoje serão maiores e mais exigentes. Responder aos desafios - o maior dos quais sempre será o merecer a preferência dos nossos clientes - continua a ser, ontem como agora, entusiasmante.

A conhecida adversa evolução da economia, global e local, com críticas incidências no sistema financeiro e, bem assim, na situação do Banco requerem da gestão uma especial atenção e que nos tivéssemos focado em três objectivos cruciais:

recuperar a rentabilidade (de exploração e do capital), melhorar os activos (incrementando os que geram fundos e diminuindo os outros), qualificar os recursos (em particular os recursos humanos). Tendo presente o objectivo maior do Banco ser uma entidade com assegurada sustentabilidade. Nesse âmbito, e procurando sempre uma harmoniosa combinação na satisfação dos diversos intervenientes relacionados com o Banco e sua sustentabilidade, com particular relevo para os accionistas, registo que os resultados até à data conseguidos, quer os constantes deste Relatório e Contas relativos ao exercício de 2014 quer os já verificados no primeiro trimestre do corrente exercício, nos encorajam a prosseguir os esforços que têm vindo a ser feitos. Para isso muito contribuíram todos os trabalhadores do Banco e, neles apoiados, a Comissão Executiva.

Pela preferência e fidelidade dos clientes, pela dedicação e empenho dos trabalhadores, pelo suporte e apoio dos accionistas, pela diálogo e bom relacionamento com os

demais órgãos sociais e, também, pela profícua interacção com as entidades auditoras e supervisoras, quero deixar um sincero agradecimento.

Alfredo Antas Teles

Presidente do Conselho de Administração



3 | ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Banco Interatlântico completou, em 2014, 15 anos ao serviço do mercado, dos clientes e de todos os seus parceiros em Cabo Verde.

São 15 anos de história de sucesso. Somos o terceiro maior Banco do País, continuamos a ser inovadores e continuamos a crescer de forma sustentável.

Apoiamos a sociedade no seu desenvolvimento através do financiamento à economia onde, apesar de o mercado ter contraído, o Banco Interatlântico conseguiu manter a sua quota. Igualmente importante foi o facto de o crédito vendido do Banco ter aumentado a um ritmo muito inferior ao mercado, com base nos dados de que dispomos.

À data em que escrevo esta mensagem, contamos com 6 meses consecutivos em que a recuperação de crédito ultrapassa o novo crédito vencido (Outubro de 2014 a Março de 2015).

Preocupa-nos a quebra de **Rentabilidade** que o Banco apresenta em 2014. Sabemos que a conjuntura do mercado e internacional ainda não eram favoráveis, o que só reforça a necessidade de aumentarmos o esforço de recuperação de crédito. E sabemos também que o mercado já apresenta indícios de recuperação, mais visíveis em 2015, mas que já nos ajudaram no final de 2014.

Um Banco sustentável, tem de ser um Banco rentável e esta é uma aposta que o Banco tem de prosseguir nos próximos anos. Será daqui, seguramente, que nos virão importantes contributos para irmos recuperando o que os últimos anos nos tiraram.

Inovámos através de uma política activa de soluções junto com os nossos clientes, ao ajudarmos a melhorar as suas propostas de investimento, garantindo melhor sustentabilidade para os seus projectos. Não somos um banco que se limita a processar crédito: trabalhamos com os nossos clientes para assegurar as melhores soluções para os seus projectos.

Crescemos nos depósitos ao longo de 2014, apesar de termos ajustado de forma sensível as taxas médias, em linha com o mercado. Denota a **Confiança** que os nossos

clientes depositam em nós e a crescente valorização do factor serviço em detrimento do factor preço, tão característica de mercados desenvolvidos.

Somos parceiros dos nossos clientes.

É com orgulho que ouvimos dizer que temos sempre a porta aberta. Não é um problema termos clientes a saberem que nos podem ligar quando quiserem, com a certeza de que lhes damos uma resposta e de que os ajudamos a encontrar uma solução. E crescem todos os dias estes números.

O Banco está melhor, continua a melhorar.

Aos colaboradores também uma palavra especial: o vosso gosto em aqui trabalhar vê-se e sente-se diariamente. Os nossos clientes vêem o nosso sorriso.

Quase não fazemos publicidade e aumentamos o número de clientes e de operações graças ao vosso trabalho diário, ao vosso empenho e à vossa simpatia. Somos o Banco do Sorriso.

Apoiamos projectos importantes para o país, mas também os projectos pequenos, de particulares e empresas, que estão a transformar Cabo Verde, desenvolvendo o empreariado e ajudando a concretizar **Sonhos** de tantos.

Este ano de 2014 é também um marco de **Sustentabilidade** para o Mercado e para o Banco Interatlântico: pela primeira vez se publica um Relatório de Sustentabilidade em Cabo Verde, não será seguramente o último.

Qual é efetivamente o valor que criamos? Quem e quantos apoiamos? Quanto poupamos? O que somos? Onde queremos chegar?

O Banco Interatlântico assume o seu papel de empresa socialmente responsável e por isso mostramos pela primeira vez, a forma como gerimos a nossa atividade tendo em conta as vertentes económica, ambiental e social da sustentabilidade.

Acreditamos profundamente que o progresso e crescimento económico do Banco deve ser realizado valorizando o bem-estar social e cultural das comunidades onde estamos inseridos, contribuindo para o desenvolvimento coletivo da economia de Cabo Verde, promovendo de forma activa a transparência e conhecimento das melhores práticas de mercado e considerando que este ensejo não é incompatível com os tempos de incerteza que hoje em dia se vivem.

Pretendemos ser socialmente aceites, ecologicamente responsáveis, cada vez mais um Banco economicamente viável e tornar a comunicação com os parceiros de negócio e os colaboradores, um pilar fundamental na atividade da nossa Organização.

Em 2014 fomos distinguidos pela cfi.co, com a distinção de Best Green Bank Cabo Verde 2014, pela atuação do Banco junto dos seus clientes particulares e empresas. Foi igualmente distinguido por esta entidade o número e alcance dos projetos sociais apoiados ou realizados pelo Banco, bem como as parcerias com ministérios governamentais, escolas e entidades sem fins lucrativos para outros projetos culturais, sociais e educacionais. E não nos esquecemos de que a Cultura é fundamental para a comunidade. Hoje, quando escrevo, já assinámos um importante marco para o País e para o Banco: o Protocolo com o Fundo Autónomo de Apoio à Cultura (Banco da Cultura). Projecto inovador a nível mundial, onde se tenta ajudar a comunidade cultural a crescer de forma sustentável, desenvolvendo competências empresariais e multiplicando os recursos disponíveis para a Cultura, sempre escassos.

Somos tudo isto. Somos Cabo Verde.

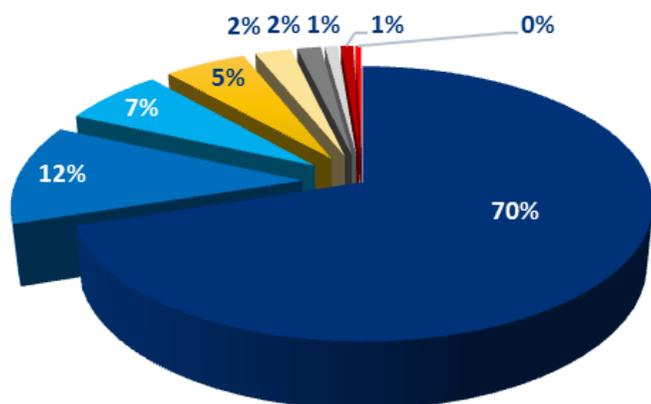
A Comissão Executiva



4 | PRINCIPAIS REFERÊNCIAS



4.1. | ESTRUTURA ACCIONISTA



- | | |
|--------------------------------------|----------------------------|
| ■ CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA | ■ EMPREITEL FIGUEIREDO, SA |
| ■ ADEGA, SA | ■ SITA, SA |
| ■ PEDRO JOSÉ SAPINHO RODRIGUES PIRES | ■ DAVID HOPFFER ALMADA |
| ■ TERESA JESUS TEIXEIRA B. AMADO | ■ FRANCISCO BARBOSA AMADO |
| ■ MÁRIO JOSÉ MENEZES | ■ RACAN, Lda. |

4.2. | ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

David Hopffer Cordeiro Almada

Secretários

Francisco Fortunado Paulino Barbosa Amado

Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Alfredo Manuel Antas Teles

Vice Presidente

Teófilo Almeida Figueiredo Silva

Vogais

Pedro Gomes Soares

Manuel Fernando Monteiro Pinto

António Carlos Moreira Semedo

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Pedro Gomes Soares

Vogais

António Carlos Moreira Semedo

Manuel Fernando Monteiro Pinto

CONSELHO FISCAL

Presidente

João Manuel Barata da Silva

Vogais

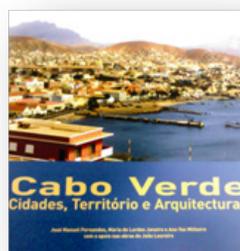
Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes

Pedro José Sapinho Rodrigues Pires

Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço (**Vogal suplente**)



4.3. | MARCOS DA ACTIVIDADE



JANEIRO 2014

Campanha 'BI Class Mais' e 'BI Class Mais Emigrante', produtos de depósito a prazo a dois anos, para o segmento de particulares (residentes e emigrantes).

MARÇO 2014

Lançamento do 'Cartão de Débito Rede Vint4 BI Woman' – Cartão voltado para o segmento feminino (único no mercado nacional). Foi iniciada a Campanha no Dia da Mulher Caboverdiana (27 de Março).

ABRIL 2014

Patrocínio do livro 'Cabo Verde Cidades e Arquitecturas' – constituído por textos-base ilustrados com cartografia, desenhos e fotografias de elevada qualidade gráfica em formato de álbum sobre Cabo Verde.

MAIO 2014

Renovação do revestimento do parque de ATMS BI.

JUNHO 2014

Patrocínio 'VOZ DE CABO VERDE' - documentário e livro sobre a formação da banda, 'VOZ DE CABO VERDE', uma das primeiras a fazerem sucesso internacional. A obra revela a importância do grupo na promoção e valorização da música caboverdiana.



4.3. | MARCOS DA ACTIVIDADE (cont.)



Imprima com
responsabilidade. Proteja o
meio ambiente.



AGOSTO 2014

Assembleia Geral Electiva e nomeação do novo Presidente do Conselho de Administração e de novo Presidente da Comissão Executiva.

SETEMBRO 2014

Adopção de mensagem externa de sustentabilidade nas assinaturas do Banco.

NOVEMBRO 2014

Participação na 18ª FIC - Feira Internacional de Cabo Verde, o maior certame empresarial em Cabo Verde.

Assinatura do Protocolo BI/BCA/ Garantia e IPP (Instituto Pedro Pires): Parceria para a realização do “Diálogo Estratégico” do IPP, evento anual de um dia, que reúne, em Cabo Verde, especialistas e *stakeholders* de diversas

Prémio Best Green Bank 2014
– O percurso do BI no âmbito da sua política de responsabilidade social e ambiental, foi reconhecido internacionalmente pela renomada revista CFI.co.

áreas e nacionalidades para a reflexão sobre questões de importância crítica para Cabo Verde, para a África e para o Mundo.

DEZEMBRO 2014

Parceria BI/ Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação _ Projecto Casa da Ciência do Mindelo: concebido pela Universidade de Aveiro em colaboração com o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde, com o apoio da UNESCO, tem como principais objetivos promover a ciência e tecnologia junto do público em geral, e da comunidade estudantil em particular, envolvendo escolas e universidades.

Campanha de Natal - Em que o BI promove a divulgação das acções de responsabilidade social praticadas ao longo do ano, relembrando que *Distinguir-se é também ser Solidário.*



4.4. | ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

O Banco Interatlântico, 15 anos volvidos desde a sua constituição, pauta a sua actuação pela conjugação equilibrada dos vectores de rentabilidade e de solidez financeira, num quadro de gestão prudente dos riscos, como forma de assegurar um crescimento sustentável, um contributo decisivo e distinto no mercado, valorizando regras de conduta nos seus colaboradores e uma intervenção social responsável, assim, inspirando nos parceiros e clientes os valores máximos da Confiança, Solidez e Sustentabilidade.

Marca distinta no mercado, assumimo-nos como parceiro de referência do segmento empresarial e institucional bem como dos particulares de rendimento médio-alto, reconhecidos pela inovação tecnológica e de produtos e dinamismo no domínio dos serviços financeiros.

Queremos ser, cada vez mais, o primeiro Banco dos nossos clientes e ser o Banco dos melhores clientes.

Estamos a **Melhorar a Qualidade do Serviço ao Cliente** de forma permanente, objectivo estratégico para o qual toda a equipa do Banco envia esforços. Temos desenvolvido processos mais céleres e sólidos de análise e decisão de crédito, mas também de apoio à própria construção de soluções à medida de cada cliente e de cada negócio. Acompanhamos os ciclos das empresas e dos pequenos empresários, própria construção de soluções à medida de cada cliente e de cada negócio, compreendendo que numa conjuntura de mercado desfavorável é necessário ser rápido a adaptar as nossas propostas para podermos ajudar melhor os clientes. Reforçamos uma estrutura de recuperação de crédito também com esta valência: ajudar a recuperar a capacidade de pagar de clientes que atravessam ciclos de negócio desfavoráveis, auxiliando na sua sobrevivência empresarial e pessoal. O sucesso dos nossos clientes é a medida do nosso sucesso. Um negócio que falha é uma perda também para nós. Temos Gabinetes dedicados ao acompanhamento de clientes Particulares e Empresas com o objectivo de

acompanhar as suas necessidades específicas com maior proximidade e celeridade e estamos a melhorar a forma de nos relacionarmos com eles.

E como um Banco é a sua Equipa, estamos a **Melhorar os Recursos Humanos**, formando e treinando os melhores profissionais, seleccionando os melhores e assegurando um sorriso permanente para todos os clientes que nos visitam, que nos procuram.

Estamos a **Inovar em Produtos e Serviços** quando lançamos o primeiro (e único) cartão dirigido ao segmento feminino BI Woman, tão bem recebido no mercado, ou na contínua procura da satisfação das necessidades específicas dos nossos clientes através dos produtos personalizados que oferecemos. Conhecemos os nossos clientes pelo nome e os nossos clientes conhecem-nos.

O conceito de **Banca de Proximidade** é o que melhor se nos aplica e que queremos desenvolver e aprofundar. Não tendo uma rede de agências ao nível dos nossos principais concorrentes, temos um volume de negócios e um número de clientes muito acima da dimensão relativa da nossa rede. Através dos nossos contactos e de todos os canais remotos, estamos sempre ao alcance de qualquer cliente e com capacidade de resposta célere.

Não almejamos ser os maiores, mas queremos manter-nos como os melhores.



4.5. | PRESENÇA GEOGRÁFICA E CANAIS

O Banco Interatlântico conta com 9 Agências em 4 ilhas (Santiago-5; Sal-2, Boavista-1 e São Vicente-1). Adicionalmente possui um Gabinete de Particulares e um Gabinete de Empresas, ambos sediados na Cidade da Praia, na Ilha de Santiago.

A Rede Comercial continua a ser o Canal privilegiado pelos clientes para as suas transacções bancárias, característica alavancada pela natureza fortemente transaccional do mercado e muito assente em trocas efectivas de moeda física.

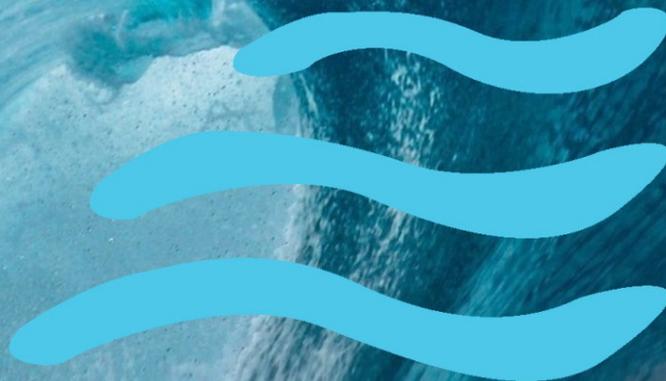


No entanto, é de destacar que o crescimento verificado nas transacções via canais electrónicos já é expressivo à medida que a sofisticação da base de clientes aumenta e que se reforça a orientação comercial para dirigir os clientes para canais não presenciais:

	Bln@NET			ATM		
	Dez'14	Dez'13	Δ %	Dez'14	Dez'13	Δ %
Consulta Movimentos	636.665	547.680	16%	24.112	23.769	1%
Consulta Contas Ordem	74.886	55.516	35%	73.670	73.478	0%
Pedido Cheques	97	78	24%	50	55	-9%
*Transferência Interna	43.102	30.713	40%	1.060	996	6%
*Transferência p/ OIC	17.422	12.303	42%			
Pagamento Serviços	1.768	579	205%	835	371	125%
Carregamento Telemóveis	16.255	8.944	82%	19.784	23.663	-16%
	790.195	655.813	20%	119.511	122.332	-2%

De igual modo se destaca o crescimento verificado no número de contratos de *internet banking* (+16% de *Bin@net* para um total de 13.237 contratos), o aumento de cartões de débito em circulação nos clientes do Banco, que aumentou c. 6% (para 14.594) e o aumento de 13% no número de POS afectos a contas do Banco Interatlântico (para 912).

Com um total de c. 57 mil clientes, as taxas de penetração dos canais não presenciais já é significativa, tendo em consideração as características actuais do mercado e mostra evidente tendência de melhoria, desejável e procurada pelo Banco.



**5 | ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO E FINANCEIRO**



5.1. | CONTEXTO INTERNACIONAL

O desempenho das economias ditas desenvolvidas permanece ainda muito condicionado pelos legados da crise financeira internacional, em particular pelos reflexos das políticas de ajustamento das contas públicas dos Estados, das empresas e das famílias sobreendividadas, bem como pela persistência de vulnerabilidades no sector financeiro, em particular na Área do Euro.

As economias emergentes e em desenvolvimento, por seu turno, continuaram a impulsionar o crescimento global, apesar do ajustamento da sua performance a um potencial de crescimento mais contido e mais centrado na procura doméstica.

A economia da Área do Euro, em particular a dos principais parceiros do país, permaneceu em recuperação da mais longa recessão da sua curta história, não obstante a estagnação em cadeia ocorrida no segundo trimestre.

O desempenho económico mais favorável verificado em 2014 foi suportado pela melhoria do sentimento económico e por algum alívio nas políticas de consolidação orçamental.

PIB (variação % anual)	2013	2014
Economia Mundial	3.3	3.3
Economias Desenvolvidas	1.3	1.8
Estados Unidos da América	2.2	2.4
Zona Euro	-0.5	0.8
Alemanha	0.2	1.5
França	0.3	0.4
Itália	-1.9	-0.4
Espanha	-1.2	1.4
Reino Unido	1.7	2.6
Japão	1.6	0.1
Economias Emergentes	4.7	4.4
Ásia	6.6	6.5
Europa	2.8	2.7
África Subsariana	5.2	4.8
América Latina e Caraíbas	2.8	1.2

Fontes: IMF – World economic Outlook-Jan2015; Boletim Estatísticas BCV-Nov.2014

A política monetária anunciada pelo Banco Central Europeu (descida da taxa de juro da facilidade de depósitos para -0,2% e programa de compra de activos) para estimular o crédito à economia, poderá impulsionar o crescimento, não obstante a transmissão monetária permanecer condicionada pela fragmentação financeira na região. Sustentado por um desempenho favorável da economia e por uma descida da taxa de desemprego, o Federal Reserve (FED) adoptou uma abordagem contrária à do BCE, anunciando, em Outubro passado, o fim do terceiro programa de aquisição de títulos do Tesouro e de garantias dos empréstimos hipotecários. Todavia, o FED irá manter a sua taxa em mínimos históricos entre zero e 0,25% pelo menos até meados de 2015.

5.2. | CONTEXTO NACIONAL

EVOLUÇÃO GLOBAL

De acordo com dados do Banco de Cabo Verde, os indicadores de tendência da atividade económica sugerem alguma recuperação na dinâmica de crescimento, determinada pela evolução mais favorável da procura interna, resultante, principalmente, do aumento dos investimentos empresariais públicos e do investimento directo estrangeiro, num contexto de ligeiro aumento do consumo privado e de queda do consumo público. O crescimento da procura interna terá compensado a contracção da procura externa, contribuindo para um crescimento económico em torno de 1,5% (0,5% em 2013). Valor semelhante é estimado pelo *Economist Intelligence Unit* para Cabo Verde.

	2013 (a)	2014 (b)
PIB (Δ %)	0.5 (b)	1.3
Inflação	1.6	-0.3
Saldo do Sector Público (em % do PIB)	-8.3 (b)	-7.3
Exportações de Bens (milhões de USD)	184.2	181.7
Importações de Bens (milhões de USD)	-808.4	-812.2
Saldo da Balança Corrente (milhões de USD)	-73.5	-111.3
Saldo da Balança Corrente (em % do PIB)	-3.9 (b)	-5.9

Fonte: Economist Intelligence Unit – Jan. 2015

A inflação média anual apresentou ao longo do ano uma tendência decrescente, tendo atingido em Dezembro passado o valor de -0,2% (dados BCV), semelhante à estimativa do EIU (-0,3%).

O comportamento dos preços no consumidor continuou a reflectir, sobretudo, a redução dos preços internacionais de combustíveis e de bens alimentares, bem como a redução dos preços no consumidor e no produtor dos principais mercados de importação, num contexto de abrandamento da procura externa dirigida ao país e de algum aumento da produção doméstica de energia.

POLÍTICA E SITUAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA

Segundo o Relatório de Política Monetária do Banco de Cabo Verde (BCV), publicado em Novembro de 2014, a oferta monetária, expressa pelo agregado M2, registou um crescimento homólogo de cerca de 7% até Setembro, determinada pelo contínuo aumento das reservas internacionais líquidas do país (em cerca de 18%) e do crédito ao Governo Central (na ordem dos 27%).

Num contexto de agravamento da balança corrente, o comportamento das reservas cambiais do país reflectiu o aumento dos investimentos externos e a aquisição de divisas pelo Banco de Cabo Verde aos bancos comerciais.

A redução dos activos externos dos bancos comerciais contribuiu para o agravamento da sua posição externa líquida deficitária e, conseqüentemente, determinou um crescimento mais moderado das disponibilidades líquidas do país sobre o exterior.

O crédito interno líquido continuou a crescer moderadamente, em consequência da ligeira contracção do crédito à economia. Depois de ter registado um crescimento em torno de 2% em finais de 2013, o crédito à economia passou a apresentar uma tendência decrescente, passando a registar desde Julho taxas de crescimento negativas, apesar do reforço das medidas de política monetária de carácter acomodatório.



As estatísticas disponíveis sugerem que a evolução do crédito à economia estará muito relacionada com a efectivação dos riscos de crédito (o crédito mal parado continuou a aumentar ao longo de 2014) e o aumento das incertezas e riscos que condicionam a dinâmica da actividade económica, bem como à persistência de constrangimentos estruturais que condicionam o ambiente de negócios.

Com efeito, a redução do crédito concedido a particulares para consumo e outros fins (em 5,3%), bem como do crédito às empresas dos ramos da construção civil e obras públicas (em 15,1%), foi determinante para a evolução negativa do crédito à economia nos últimos meses, segmentos classificados como de maior risco de crédito e que têm registado maiores níveis de incumprimento. Registe-se que o crédito às empresas não financeiras aumentou 0,3% até Setembro.



6 | PRINCIPAIS
ÁREAS DE NEGÓCIO



6.1. | POSICIONAMENTO COMPETITIVO

A Quota de Mercado do Banco Interatlântico reforçou-se, com um crescimento sensível acima do mercado.

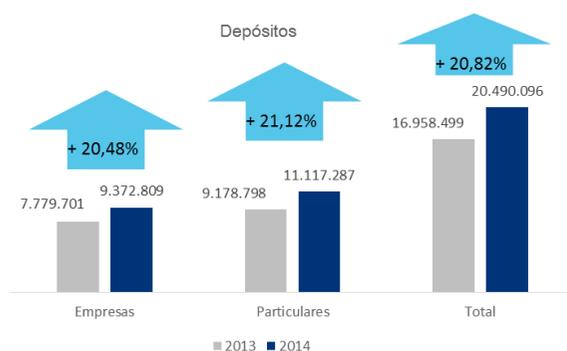
Volume de Negócios	Dez'13	Dez'14	Dez'14 – Dez'13	
			Valor	%
Sistema	245.938	250.877	4.940	2,01%
BI	30.813	34.263	3.450	11,20%
Quota Mercado	12,53%	13,66%		1,13pp

Fonte: BCV – dados Setembro; Não inclui dívida pública; CVE MIO

Destaca-se o reforço da quota de recursos de clientes (+1,91 pp), transversal aos segmentos de empresas e particulares.

Recursos de Clientes	Dez'13	Dez'14	Dez'14 – Dez'13	
			Valor	%
Sistema	146.856	152.999	6.143	4,18%
BI	17.156	20.796	3.640	21,22%
Quota Mercado	11,68%	13,59%		1,91pp

Fonte: BCV – dados Setembro; Não inclui dívida pública; CVE MIO



A Solidez e Confiança reconhecidas ao Banco terão sido factores determinantes para os crescimentos registados, num contexto internacional de incerteza.

Ao nível do crédito, verificou-se uma ligeira contracção da quota (-0,02pp), com o Banco a acompanhar a queda do mercado.

Crédito Bruto	Dez'13	Dez'14	Dez'14 – Dez'13	
			Valor	%
Sistema	99.082	97.879	-1.203	-1,21%
BI	13.657	13.467	-190	-1,39%
Quota Mercado	13,78%	13,76%		-0,02pp

Fonte: BCV – dados Setembro; Não inclui dívida pública; CVE MIO

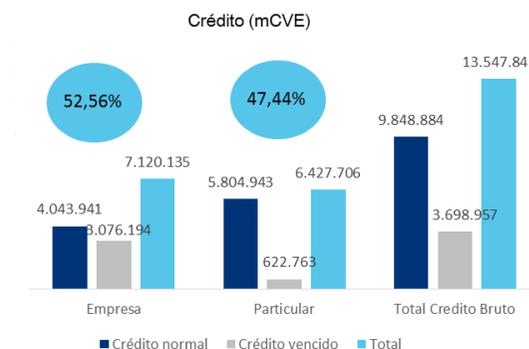
De salientar a melhoria registada na quota de mercado do crédito vencido, em que o Banco viu diminuir o seu peso em 2,31 pp face a 2013, crescendo o seu vencido apenas metade da variação percentual do mercado (comparando com os valores de Setembro do BCV), fruto de um trabalho intenso alavancado no último trimestre do ano com um esforço permanente da rede comercial e que também contribuiu para o não aumento da carteira de crédito global por via das recuperações efectuadas.

Crédito Vencido	Dez'13	Dez'14	Dez'14 – Dez'13	
			Valor	%
Sistema	16.215	21.066	4.851	29,92%
BI	3.222	3.699	477	14,80%
Quota Mercado	19,87%	17,56%		-2,31pp

Fonte: BCV – dados Setembro; Não inclui dívida pública; CVE MIO

Ainda assim, o crescimento do crédito vencido constitui uma forte preocupação da Gestão, que determinou a criação, no último trimestre de 2014, de novos instrumentos, processos e equipas de acompanhamento e recuperação de crédito, bem como no envolvimento reforçado de toda a rede comercial no esforço de recuperação de crédito. Os resultados são visíveis e as iniciativas em curso permitem perspectivar bons resultados ao longo dos próximos meses.

Salienta-se o reduzido peso do segmento de particulares, no crédito vencido.



A natureza dos créditos concedidos e a política de garantias seguida, tem permitido assegurar níveis de custo de risco no segmento de particulares muito baixos, considerando a conjuntura do mercado.

O grau de cobertura do crédito vencido pela imparidade situou-se em 37,02% em 31 de Dezembro de 2014.

O indicador da qualidade do crédito (crédito em incumprimento/crédito total), nos termos da circular série A nº 150/DSE/2009, do Banco de Cabo Verde, situou-se em 18,66% contra 13,86% no ano anterior, registando um aumento de 4,80 p.p.

As acções de cobrança judicial foram intensificadas em 2014, contemplando os principais casos considerados de menor probabilidade de regularização ou de viabilização.

As operações de grandes riscos e as pertencentes aos sectores considerados de risco elevado, como é o caso da imobiliária turística, são acompanhadas pela Comissão Executiva, tendo sido mantido com tacto permanente com os promotores. Em resultado, as negociações e as perspectivas de resolução dos projectos imobiliários turísticos existentes na carteira do Banco, têm conhecido avanços, em particular desde o último trimestre do ano, tendo sido acordadas diversas soluções, algumas das quais apenas se efectivaram nos primeiros meses de 2015, embora com alguns reflexos ainda no Balanço de 2014.



6.2. | BANCA DE RETALHO – PARTICULARES E PEQUENOS NEGÓCIOS

O negócio de particulares está segmentado entre as agências e o Gabinete de Particulares, sendo esta última unidade quem gere os particulares de renda média-alta e alta.

Em Cabo Verde, os pequenos negócios são um segmento de valor acrescentado crescente, com muito baixos índices de incumprimento, mas caracterizado por uma percentagem significativa de operações de montantes reduzidos e/ou prazos curtos.

Em 2014 o Banco Interatlântico concedeu 2.902 operações de montantes inferiores a mil contos, com um crescimento de 3% em volume face a 2013 (para 708 mil contos), num esforço de financiamento da economia e das famílias e da criação de auto-emprego. O total da carteira de crédito a Particulares e Pequenos Negócios cresceu 3,6% face a 2013.

Iniciou-se também o processo de revisão do modelo e *work-flow* interno de crédito a particulares, visando a melhoria do *time-to-market* nas respostas aos clientes, para padrões ainda não existentes no mercado em Cabo Verde. O trabalho foi finalizado e iniciou a sua implementação em Janeiro de 2015.

Particulares e Pequenos Negócios	Dez'13	Dez'14	Dez'14 – Dez'13	
			Valor	%
Crédito	4.667	4.503	163	3,63%
Depósitos	11.117	9.179	1.938	21,12%
Volume de Negócios	15.784	13.682	2.102	15,36%

Tal como noutros segmentos, o Banco interatlântico viu crescer os depósitos de particulares, tanto à ordem (não remunerados) como a prazo. A fidelização crescente de clientes e o esforço comercial associado justificam boa parte destes crescimentos, apoiado pela imagem reconhecida de Solidez e Confiança no Banco.

Merece ainda destaque a adesão conseguida com um novo cartão de débito, lançado a 27 de Março de 2014, o Cartão *BI Woman*, destinado à clientela feminina e que obteve forte receptividade no mercado, sendo o primeiro cartão dirigido expressamente ao público feminino. Em 2014 foram colocados 2.618 cartões *BI Woman*, num universo de 14.594 cartões de débito activos.

6.3. | BANCA CORPORATIVA

Os segmentos de empresas e de Institucionais estão repartidos pela rede comercial e pelo Gabinete de Empresas, com as vertentes operacionais assentes na rede de agências e os clientes de maior valor ou risco geridos centralmente através do Gabinete de Empresas.

O ano de 2014 viu aumentar o crédito vencido no segmento das empresas, ainda reflexo da crise de anos anteriores, mas o esforço de acompanhamento dos clientes já referido permitiu que o avanço destas situações no Banco Interatlântico fosse de apenas metade do mercado (14,8% vs. 29,9%), considerando a informação disponível (dados BCV de Setembro).

É neste segmento também que se estão a operar avanços mais significativos na carteira de crédito vencido do Banco, tendo sido concretizadas algumas operações, nos primeiros meses de 2015, com impacto significativo no total da carteira vencida do Banco e que foram tomadas em conta no apuramento da imparidade do Banco Interatlântico com referência a 31 de Dezembro de 2014.

Prosseguindo a sua política de fomento da economia, o Banco iniciou também no segundo semestre de 2014 um conjunto de novos procedimentos de acompanhamento de clientes, com vista a aumentar a sua fidelização ao Banco, à implementação de abordagens comerciais integradas (um cliente-todos os negócios), fomentando o *cross-selling* de produtos e serviços, bem como a melhoria do *time-to-market* da resposta ao cliente e das avaliações de risco das propostas de crédito.

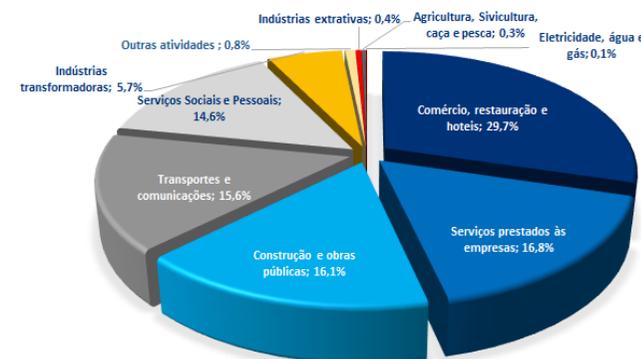
Esta abordagem, transversal ao segmento empresarial, visa garantir a oferta de um serviço completo à empresa,

aos seus dirigentes e aos trabalhadores, em condições de serviço e preço diferenciadas face ao mercado. É um processo em curso que verá melhores resultados em 2015.

6.4. | CREDITO POR SECTOR DE ACTIVIDADE

A distribuição do Crédito por Sector de Actividade reflete a realidade do mercado em Cabo Verde, com a contínua predominância do sector dos serviços, em particular o comércio e a restauração, que representam cerca de 30% do total da carteira.

Embora com uma expressão reduzida ainda no total do crédito, destaque para um crescimento exponencial de projectos relacionados com o sector primário, aposta crescente do país e que o Banco Interatlântico procura ajudar. Em 2014 a carteira cresceu 400%, para 28 mil contos em projectos nas áreas agrícolas. Os montantes destinados à construção e Obras Públicas mantiveram-se estáveis, muito justificados por projectos vindos de anos anteriores e que ainda persistem no Balanço.





7 | RECURSOS HUMANOS

No final do exercício do ano de 2014, o Banco Interatlântico contava com 117 Colaboradores com vínculo ao Banco (mais 2 do que em 2013). Adicionalmente, e tal como em anos anteriores, existem 2 quadros com funções de gestão, em comissão de serviço em Cabo Verde.

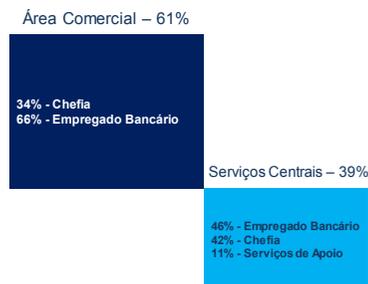
7.1. | DISTRIBUIÇÃO POR VÍNCULO JURÍDICO

Dos 117 colaboradores no activo, 85 eram efectivos do quadro permanente e 32 possuíam contrato por tempo determinado, tendo ocorrido um aumento do número de elementos efectivos face ao ano de 2013 (+13), assumindo o Banco a necessidade de aumentar o seu quadro permanente nessa dimensão.

7.2. | DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL

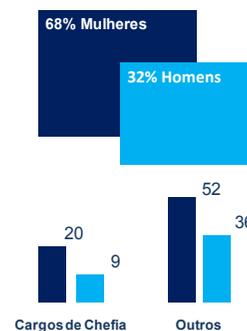
Quanto à distribuição dos Colaboradores por área funcional, 72 estavam afectos à Área Comercial e 45 aos Serviços Centrais.

Na Área Comercial, 24 Colaboradores desempenham cargos de chefia, 17 Colaboradores desempenham cargos de chefia e 5 prestam serviços de apoio.



7.3. | DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO

O Banco contava com 68% de mulheres. Dos 29 quadros de chefia, 20 eram também mulheres.



7.4. | DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

A média de idades dos empregados é de 35 anos, sendo que a maior concentração está na faixa etária entre os 31 e os 40 anos (representando 54% da totalidade dos empregados).

7.5. | DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

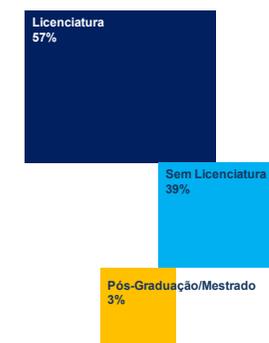
58% do quadro, num total de 68 colaboradores, tinham antiguidade superior a 6 anos e, destes, metade com antiguidade superior a 10 anos.

Os restantes (49) apresentavam antiguidade igual ou inferior a 5 anos.



7.6. | DISTRIBUIÇÃO POR ESCOLARIDADE

No que concerne às habilitações literárias e à qualificação profissional, 60% dos Colaboradores detinham formação superior.



7.7. | FORMAÇÃO

Foram realizadas 15 acções de formação, sendo 6 delas ministradas pelo Banco de Cabo Verde, 3 pela Bolsa de Valores de Cabo Verde e 2 pelo Instituto de Formação Bancária - IFB. No cômputo geral estiveram envolvidos 25 Colaboradores, o que corresponde a 22% do total de colaboradores. De salientar que dos 25 formandos, 4 participaram em duas formações.



8 | RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Banco Interatlântico, à semelhança dos anos anteriores, deu continuidade a acções de responsabilidade social, apoiando diversas iniciativas promovidas por instituições públicas e privadas, igrejas, associações e ONG's nos domínios do desporto, da cultura, da educação, da saúde e das autarquias locais, quer sob a forma de patrocínio, quer sob a forma de donativo.

A conjuntura menos favorável obrigou a que o Banco Interatlântico reduzisse o montante global destes apoios em c. 10% face a 2013. Assim, no ano de 2014 o Banco apoiou as seguintes entidades:

PATROCÍNIOS

Associação Combatentes da Liberdade da Pátria – Comemorações
 Associação Qatar Sport Club - Homenagem Carlos Alinho
 Associação Mulheres Juristas de CV - Realização do Evento “V-DAY”
 Prémio de Estágio
 José Joaquim Cabral - Edição do Livro “Caminho(s) que Trilharam
 Dr. Geraldo Almeida - 3ª Edição do Código Civil
 Festa Nhô S. Filipe - Casa das Bandeiras
 Associação Primitiva - “Grito Rock Praia 2014”
 Casa das Bandeiras - Remodelação Telhado da Casa das Bandeiras
 Associação Caboverdiana Luta contra Cancro - apoio atividades 2014
 Clube Desportivo ABC Época 2012/13 - Pagamento de Bónus
 MAISIMAGEM - Livro “Cabo Verde - Cidades, Territórios e Arquiteturas”
 Veteranos de Plateau - Aquisição Equipamento
 5ª Edição da PORfesta 2014 - Embaixada Portugal
 Fátima Almeida Atelier de Design e Costura - Desfile Fátima Almeida 2014

IPP - Comemoração do 80º Aniversário do Ex-Presidente Pedro Pires
 Fresco Produções - Documentário e Livro “Voz de Cabo Verde”
 AJOC - realização Assembleia Geral
 AVP- 9º Aniversário Veteranos do Plateau
 Participação Misses Globe - Elsa Martins Rocha
 Comemorações 34º Aniversario BlackPanthers
 Rotary Clubs
 ADC-BI Festa Natal Colaboradores e Filhos
 Casa da Ciência

A procura ao nível de pedidos de emprego e de estágios manteve-se e, apesar da conjuntura menos favorável, o Banco proporcionou 30 estágios (entre curriculares e profissionalizantes), procurando assegurar apoio à integração na vida activa de jovens licenciados, privilegiando candidatos com formações preferenciais para a actividade bancária (Contabilidade, Finanças, Economia, Gestão, Marketing e Direito).

DONATIVOS





9 | ANÁLISE FINANCEIRA

9.1. | BALANÇO

O activo total líquido ascendeu a 23,5 milhões de contos no final de dezembro de 2014, representando um crescimento de c. 19% face a 2013. A ligeira contracção da carteira de crédito do Banco e o aumento expressivo dos recursos de clientes determinaram o aumento das aplicações de liquidez, quer junto do Banco Central (441%), quer através da compra de títulos de dívida (maioritariamente OTs e BTs +72%), procurando rentabilizar o excesso de recursos e minorar o impacto na margem financeira. Na primeira metade de 2014 reduziu-se substancialmente as aplicações em OICs no estrangeiro, o que veio a ser parcialmente corrigido durante o último quadrimestre, embora não para valores de Dezembro de 2013. Ao nível da carteira de crédito destaca-se que, embora o efeito líquido apresente uma diminuição, na realidade o Banco foi capaz de compensar, na quase totalidade, quer o efeito da natural amortização da carteira, quer o impacto de regularizações de crédito vencido, em montantes relevantes, que diminuíram o stock de crédito. A este nível, destaque para a política de recuperação de crédito, que produziu resultados positivos desde Outubro, com alguma recuperação da margem financeira por via da recuperação de juros e de alguns créditos que voltaram a contribuir positivamente para os proveitos de juros. Embora importante para o Banco Interatlântico, o crédito vencido cresceu cerca de metade das estimativas disponíveis para o sector, com base nos dados disponíveis do Banco Central que apontam para um aumento no sector de c. 30% (c. 14,8% no BI).

No Passivo, o principal destaque é para o crescimento dos recursos de clientes, apesar de uma política activa do Banco de redução das taxas oferecidas aos clientes, em particular desde o último quadrimestre e num contexto em que o mercado apresenta, ainda hoje, taxas de remuneração com diferenciais para as do Banco Interatlântico de mais de 1 ponto percentual,

em particular nos bancos mais pequenos do sistema. Nem só os depósitos remunerados cresceram. Fruto de uma política comercial mais abrangente, o saldo dos depósitos à ordem cresceu 16,8%, sendo que os de particulares cresceram 18,4%, os do segmento de empresas 15,8% e os do sector público c. 130%.

Nas responsabilidades representadas por títulos está registada a emissão de obrigações subordinadas subscrita em Julho de 2008 no montante de 500.000.000\$00, cuja taxa, após a realização de uma Assembleia Geral de Obrigacionistas em 2009, passou a ser fixa de 6,0% até Julho de 2013 e de 6,375% a partir daí até à maturidade.

9.2. | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido fixou-se em 10.474 contos, evidenciando um decréscimo de -63.022 contos (-85,75%) face ao ano anterior.

A margem financeira reduziu-se -37,83% face aos 586.127 registados em 2013. O efeito conjugado do aumento da carteira de recursos de clientes, com o aumento do crédito vencido (não remunerando juros para a margem financeira) explicam o maior efeito nesta evolução. Adicionalmente, contribuíram também a redução da taxa das aplicações, na sequência da redução da taxa de referência do Banco de Cabo Verde em 150 pontos base em Março, e em mais 50 pontos base a partir de 1 de Agosto, bem como a redução da taxa de absorção de liquidez, de 1% para 0,5%. A evolução positiva da margem complementar (6,9%) impulsionada principalmente pela recuperação de crédito abatido (+26 mil contos) não compensou a quebra de proveitos da margem financeira, ditando uma diminuição do Produto Bancário em 25,65%.

Os Custos de Estrutura evidenciam um aumento de 4,98%, justificado principalmente pelo reconhecimento de custos de exercícios anteriores na área de Informática (+20 mil contos).

Salienta-se que os Custos com Pessoal diminuíram 0,86% apesar de um acréscimo de custos com as alterações na

gestão do Banco ocorridas em Agosto, com o aumento do número de colaboradores e com o sistema de progressões automáticas de carreiras em vigor que pesam substancialmente no crescimento da massa salarial anual. A redução foi conseguida pela não contabilização do pagamento de prémios aos colaboradores, considerando a contracção dos resultados do Banco.

Nos Fornecimentos e Serviços de Terceiros, para além do já referido custo de exercícios anteriores, destaque para gastos não recorrentes com a consultoria no trabalho realizado sobre emissão do relatório das provisões regulamentares; apoio na adesão ao FATCA e aumento dos serviços de consultoria e apoio informático.

Foram ainda constituídas Provisões para contingências Judiciais, em 5.733 contos.

A imparidade do Crédito, líquida de reversões, atingiu o montante de 24.842 contos. Este valor apresenta-se deduzido de reversões de c. 70 mil contos, resultantes de recuperações de crédito que o Banco decidiu voltar a colocar no Balanço, afectando outras exposições e reforçando, assim, a sua solidez.



10 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta a política de prudência e a vantagem de capitalização do Banco Interatlântico e considerando o resultado líquido do exercício de 2014, propõe-se a seguinte distribuição de Resultados:

- Para Reserva Legal, 10% (dez por cento);
- O restante a afectar a Outras Reservas

Praia, 30 de Março 2015

Alfredo Manuel Antas Teles

Teófilo Figueiredo Almeida Silva

Pedro Gomes Soares

Manuel Fernando Monteiro Pinto

António Carlos Moreira Semedo



11 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2014		2013		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2014	2013
		Ativo Bruto	mparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3	4.038.922	-	4.038.922	745.547	Recursos de outras instituições de crédito	15	314.435	222.892
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	888.818	-	888.818	648.788	Recursos de clientes e outros empréstimos	16	20.796.111	17.156.377
Activos financeiros disponíveis para venda	5	293.132	(11.891)	281.241	330.680	Outros passivos subordinados	17	514.914	514.017
Aplicações em instituições de crédito	6	2.484.422	-	2.484.422	3.311.265	Provisões	9	5.733	-
Títulos de dívida pública	7	2.407.802	-	2.407.802	1.397.776	Passivos por impostos diferidos	13	5.715	5.355
Crédito a clientes	8	14.197.702	(1.390.712)	12.806.990	12.913.620	Outros passivos	19	166.229	175.762
Activos não correntes detidos para venda	9	179.940	(14.102)	165.838	11.111	Total do Passivo		21.803.137	18.074.403
Outros activos tangíveis	10	966.991	(685.510)	281.481	288.319				
Activos intangíveis	11	87.281	(81.739)	5.542	1.813	Capital	20	1.000.000	1.000.000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	71.674	-	71.674	69.250	Prémios de emissão	21	388	388
Activos por impostos correntes	13	39.026	-	39.026	36.313	Reservas de reavaliação	21	16.696	15.645
Outros activos	14	77.293	(15.717)	61.576	38.591	Outras reservas e resultados transitados	21	702.637	629.141
						Resultado do exercício	21	10.474	73.496
						Total do Capital próprio		1.730.195	1.718.670
Total do Activo		25.733.003	(2.199.671)	23.533.332	19.793.073	Total do Passivo e do Capital Próprio		23.533.332	19.793.073



11 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares	22	1.087.121	1.190.475
Juros e encargos similares	23	(722.725)	(604.348)
MARGEM FINANCEIRA		364.396	586.127
Rendimentos de instrumentos de capital	24	1.032	2.768
Rendimentos de serviços e comissões	25	151.014	151.979
Encargos com serviços e comissões	25	(41.423)	(21.732)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	2.857	-
Resultados de reavaliação cambial	26	40.802	36.941
Resultados de alienação de outros activos	27	(976)	1.125
Outros resultados de exploração	28	81.034	48.132
PRODUTO BANCÁRIO		598.736	805.340
Custos com pessoal	29	(215.071)	(216.947)
Gastos gerais administrativos	30	(290.279)	(259.015)
Amortizações do exercício	10 e 11	(51.379)	(54.361)
Provisões líquidas de reposições e anulações	9	(5.733)	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperação	18	(24.842)	(196.924)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	(15.301)	(8.849)
Resultados em empresas associadas	12	14.343	14.234
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		10.474	83.478
Impostos			
Correntes	13	-	-
Diferidos	13	-	(9.982)
		-	(9.982)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		10.474	73.496
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.000.000	100.000
Resultado por Acção		,01	1,21



11 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO 2014 E 2013

(montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Outras reservas e resultados transitados						Total	Lucro do exercício	Total
	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.000.000	388	13.005	123.112	527.884	(146.396)	504.600	124.541	1.642.534
Distribuição do resultado do exercício de 2013:							-		
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	12.454	112.087	-	124.541	(124.541)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	2.639	-	-	-	-	73.496	76.135
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1.000.000	388	15.644	135.566	639.971	(146.396)	629.141	73.496	1.718.669
Distribuição do resultado do exercício de 2014:							-		
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	7.350	66.146	-	73.496	(73.496)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	1.052	-	-	-	-	10.474	11.526
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	1.000.000	388	16.696	142.916	706.117	(146.396)	702.637	10.474	1.730.195

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO 2014 E 2013

(montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2014	2013
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	1.412	3.541
Efeito fiscal	(360)	(901)
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas e resultados transitados	1.052	2.640
Resultado líquido do exercício	10.474	73.496
Total do rendimento integral do exercício	11.526	76.136



11 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO 2014 E 2013

(montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)



	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	1.109.662	1.342.064
Pagamento de juros e comissões	(712.545)	(607.046)
Recuperação de crédito e juros vencidos	69.352	-
Resultados cambiais	40.802	36.941
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	53.165	22.594
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(500.339)	(468.165)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(2.713)	-
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	57.384	326.388
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	53.708	-
Aplicações em instituições de crédito	829.796	(2.285.623)
Créditos sobre clientes	116.628	(44.210)
Títulos de dívida pública	(990.388)	89.466
Outros ativos	2.781	-
	12.525	(2.240.367)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	88.367	(35.930)
Recursos de clientes	3.592.190	1.363.546
Outros passivos	(12.861)	-
	3.667.696	1.327.616
Caixa líquida das atividades operacionais	3.737.605	(586.363)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	(15.000)
Ativos intangíveis	(4.807)	(761)
Outros ativos tangíveis	(43.516)	(50.034)
Ativos não correntes detidos para venda	(168.829)	-
Dividendos recebidos	12.952	7.774
Caixa líquida das atividades de investimento	(204.200)	(58.021)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	-	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	-	-
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	3.533.405	(644.384)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.394.335	2.038.719
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4.927.740	1.394.335



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 | NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de Março de 2015, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2 | BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. | Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº

2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. | Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação. Nos exercícios de 2014 e 2013, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2014	2013
1 USD	90.543	79.883

c) Activos Financeiros

I. Activos Financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção.

O Banco não tem activos detidos para negociação, ou outros activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e Contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde, uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.2. | Políticas contabilísticas (cont.)

Reconhecimento de Juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos são anulados um dia após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados a crédito da rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

b) Activos Financeiros disponíveis para Venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que

correspondem a acções de empresas, são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capital próprio, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício, sendo registados nas rubricas “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como rendimentos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados na categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável

não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

II. Imparidade de Activos Financeiros Activos Financeiros ao Custo Amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto a activos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros de divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

2.2. | Políticas contabilísticas (cont.)

- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efectua uma análise individual de todos os clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000, e de empresas que apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares
- Sector Público

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos. As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos Financeiros disponíveis para Venda

Conforme referido na Nota 2.2. c) i), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção. O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

d) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, incluindo custos ou proveitos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

2.2. | Políticas contabilísticas (cont.)

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

e) Activos recebidos por Recuperação de Créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em “Activos não correntes detidos para venda”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

f) Outros Activos Tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de Vida Útil
Imóveis de Serviço Próprio	50
Mobiliário e Material	12
Máquinas e Ferramentas	5 – 6
Equipamento Informático	4
Instalações Interiores	8
Material de Transporte	4 – 5
Equipamento de Segurança	5
Outro Equipamento	6

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos. As amortizações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

g) Activos Intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

h) Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

i) Impostos sobre Lucros



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

2.2. | Políticas contabilísticas (cont.)

Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os activos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa

ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor. Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e à valorização de activos disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

j) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

k) Benefícios dos Empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

l) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

2.2. | Políticas contabilísticas (cont.)

m) Valores recebidos em Depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

n) Caixa e seus Equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

o) Estimativas Contabilísticas Críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. c) ii). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para gastos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. c) ii)).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

p) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* que são relevantes para as suas operações em vigor em 31 de Dezembro de 2014.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014:



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

2.2. | Políticas contabilísticas (cont.)

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Alterações introduzidas
Emenda às normas: - IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; - IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	01-jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre activos e passivos financeiros	01-jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	01-jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	01-jan-14	Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	01-jan-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com as normas IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	01-jan-18	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 14 – Activos regulados	01-jan-16	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a activos regulados.
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	01-jan-17	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rêdito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IFRS 11 – Acordos Conjuntos	01-jan-16	Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 38 – Activos Intangíveis	01-jan-16	Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de activos fixos tangíveis e de activos intangíveis que são permitidos.
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 40 – Agricultura	01-jan-16	Estas emendas vêm estabelecer que os activos biológicos que se enquadram na definição de plantas portadoras devem ser contabilizados como activos fixos tangíveis.
Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados	01-jan-16	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-jan-16	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
Emenda à norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	01-jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

A adopção destas normas não teve um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2014.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, já se encontram aprovadas e são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

2.2. | Políticas contabilísticas (cont.)

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou	
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-jan-16	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)	01-jan-16	Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos actuais requisitos de relato das IFRS.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014)	01-jan-16	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Os impactos da aplicação destas normas, nomeadamente no que respeita à IFRS 9, serão objecto de avaliação futura pelo Banco.

3 | CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013	Classe	Rubrica
Caixa				
. Moeda nacional	279.271	232.981	Caixa - Moeda Nacional	1000
. Moeda estrangeira	414.202	462.385	Caixa - Moeda Estrangeira	1001
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde				
. Moeda nacional	3.345.449	50.181	DO - Moeda Nacional	101
	<u>4.038.922</u>	<u>745.547</u>		

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 18% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Nos exercícios de 2014 e 2013, estes depósitos não foram remunerados.

4 | DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Depósitos à ordem:		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	693.651	492.738
. Em outras instituições no estrangeiro	29.154	68.750
. Em instituições no país	1.014	21.763
	<u>723.819</u>	<u>583.251</u>
Cheques a cobrar:		
. Sobre o estrangeiro	15.232	16.331
. Sobre o país	149.767	49.206
	<u>164.999</u>	<u>65.537</u>
	<u>888.818</u>	<u>648.788</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5 | ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Instrumentos de capital:</u>		
Valorizados ao justo valor	293.132	370.762
<u>Imparidade:</u>		
Instrumentos de capital (Nota 18)	(11.891)	(40.082)
	<u>281.241</u>	<u>330.680</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

5 | ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA (cont.)

Título	2014				
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	246.337	7.591	(10.011)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	16.143	14.820	-
	<u>240.069</u>		<u>262.480</u>	<u>22.411</u>	<u>(10.011)</u>
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	15.307	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.095	0,65%	10.095	-	-
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	5.250	17,50%	5.250	-	-
	<u>30.652</u>		<u>30.652</u>	<u>-</u>	<u>(1.880)</u>
	<u>270.721</u>		<u>293.132</u>	<u>22.411</u>	<u>(11.891)</u>

n.d. - não disponível

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

No exercício de 2014, o Banco alienou a sua participação na Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. pelo montante total de mCve. 54.709, tendo utilizado a imparidade registada e registado uma mais valia de mCve. 2.857 na rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Banco Comercial do Atlântico, S.A.

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de mercado das acções do BCA, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 22.484 e mCve. 21.769, respectivamente.

O Banco valorizou as acções com base na avaliação acima mencionada, dada a reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Título	2013				
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	236.327	7.591	(10.010)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79.043	4,35%	53.485	2.634	(28.192)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	12.097	10.774	-
	<u>319.112</u>		<u>301.909</u>	<u>20.999</u>	<u>(38.202)</u>
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	13.427	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.094	0,65%	10.094	-	-
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	5.250	17,50%	5.250	-	-
	<u>30.651</u>		<u>28.771</u>	<u>-</u>	<u>(1.880)</u>
	<u>349.763</u>		<u>330.680</u>	<u>20.999</u>	<u>(40.082)</u>



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

6 | APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Aplicações de crédito no país:		
· No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de intervenção monetária	75.000	-
- Títulos de regularização monetária	125.000	35.000
- Aplicações a muito curto prazo	1.200.000	3.250.000
	<u>1.400.000</u>	<u>3.285.000</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
· Na Caixa Geral de Depósitos:		
- Depósitos	1.063.254	18.181
· Outras instituições de crédito	18.199	8.068
	<u>1.081.453</u>	<u>26.249</u>
Juros a receber	3.046	20
Proveitos diferidos	(77)	(4)
	<u>2.484.422</u>	<u>3.311.265</u>

7 | TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Obrigações do Tesouro</u>		
Valor Nominal	2.366.862	1.376.474
Juros a receber	40.940	21.302
	<u>2.407.802</u>	<u>1.397.776</u>

O valor nominal das Obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascendia, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a mCve. 102.000 e mCve. 684.000, respectivamente (Nota 16).

8 | CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Crédito interno a curto prazo:		
· Descobertos em depósitos à ordem	490.063	471.551
· Empréstimos	33.855	36.641
· Descontos comerciais	22.743	28.547
· Outros créditos	99.018	113.107
Crédito interno a médio e longo prazo:		
· Empréstimos	7.151.704	7.755.196
· Créditos em conta corrente	1.169.094	1.253.157
Crédito externo a curto prazo:		
· Habitação	8.500	-
· Descobertos em depósitos à ordem	1.814	7.794
· Outros créditos	3.892	3.420
Crédito externo a médio e longo prazo:		
· Empréstimos	356.427	444.143
· Créditos em conta corrente	203.447	108.944
Crédito ao pessoal	308.327	287.869
Outros créditos e valores a receber - titulados	675.611	630.178
	<u>10.524.495</u>	<u>11.140.547</u>
Juros a receber	87.180	51.723
Comissões e outros proveitos diferidos	(113.356)	(112.723)
Custos diferidos	427	412
Créditos e juros vencidos	3.698.956	3.222.164
	<u>14.197.702</u>	<u>14.302.123</u>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 18)	(1.390.712)	(1.388.503)
	<u>12.806.990</u>	<u>12.913.620</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os empréstimos aos colaboradores são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Outros créditos e valores a receber – titulados” reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

8 | CRÉDITO A CLIENTES (cont.)

de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 2.2. c)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2014	2013
Tecnivil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. Serie G	200.000	200.000
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	155.700	155.700
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	136.099	136.099
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie C	55.058	-
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32.199	32.199
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie B	30.000	30.000
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	29.968	29.968
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	19.996	19.996
Câmara Municipal do Sal	11.000	12.000
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	4.001	5.334
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	666	666
Tecnivil Indústria, S.A.	-	6.593
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie A	-	699
	674.687	629.254
Prémio de emissão	924	924
	675.611	630.178

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L., IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. e Câmara Municipal do Sal, têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as obrigações emitidas pela Tecnivil – Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. encontravam-se em incumprimento com o pagamento de juros, ascendendo os juros vencidos a cerca de mCve. 46.198 e mCve. 27.289, respectivamente. No início do exercício de 2015 foi acordada a dação em cumprimento deste crédito titulado através da entrega de um lote de terreno de 40.923 metros quadrados sito em Cova Minhoto, cidade da Praia, ilha de Santiago.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados” e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	31-12-2014								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	24.231	820	25.051	24.231	820	25.051
Pesca	-	-	-	1.963	912	2.875	1.963	912	2.875
Indústrias extrativas	-	-	-	3.309	-	3.309	3.309	-	3.309
Indústrias extrativas c/ exceção de prod. energéticos	-	-	-	3.309	-	3.309	3.309	-	3.309
Indústrias transformadoras	-	-	-	482.581	50.446	533.027	482.581	50.446	533.027
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	205.571	17.177	222.748	205.571	17.177	222.748
Indústria têxtil	-	-	-	1.811	-	1.811	1.811	-	1.811
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	24.970	-	24.970	24.970	-	24.970
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	27.785	869	28.654	27.785	869	28.654
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	116.840	3.467	120.307	116.840	3.467	120.307
Fabrico de prod. quím. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	-	181	181	-	181	181
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	2.831	-	2.831	2.831	-	2.831
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	610	-	610	610	-	610
Outras indústrias transformadoras	-	-	-	102.162	28.752	130.914	102.162	28.752	130.914
Construção	15.554	33.703	49.257	1.157.088	223.217	1.380.305	1.172.642	256.920	1.429.562
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	464.319	235.452	699.771	464.319	235.452	699.771
Transportes, armazenagem e comunicações	114.307	-	114.307	549.659	719.139	1.268.798	663.965	719.139	1.383.104
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	919.711	543.955	1.463.666	919.711	543.955	1.463.666
Atividades de informação e de comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	152.912	46.012	198.924	1.564.066	1.217.686	2.781.752	1.716.978	1.263.698	2.980.676
Atividades imobiliárias	-	-	-	760.764	803.060	1.563.824	760.764	803.060	1.563.824
Outras atividades	152.912	46.012	198.924	803.302	414.626	1.217.928	956.214	460.638	1.416.852
Educação	-	-	-	171.072	-	171.072	-	-	171.072
Saúde e segurança social	-	-	-	174.628	702	175.330	174.628	702	175.330
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	9.544	4.149	13.693	9.544	4.149	13.693
	282.773	79.715	362.488	5.522.171	2.996.478	8.518.649	5.804.943	3.076.193	8.881.136
Particulares									
Habituação	-	-	-	2.620.611	262.247	2.882.858	2.620.611	262.247	2.882.858
Outros fins	-	-	-	1.423.330	360.515	1.783.845	1.423.330	360.515	1.783.845
	-	-	-	4.043.941	622.762	4.666.703	4.043.941	622.762	4.666.703
	282.773	79.715	362.488	9.566.112	3.619.240	13.185.352	9.848.884	3.698.955	13.547.839





12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

9 | ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos não correntes detidos para venda” durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014						
	Saldo em 31-12-2013		Recupe- rações	Alienações	Perdas por imparidade, líquidas	Saldo em 31-12-2014	
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade
Apartamento na Praia	9.111	-	-	(9.111)	-	-	-
Habitação no Mindelo	2.000	-	-	(2.000)	-	-	-
Terreno Palha Sé (40.737 metros quadrados)	-	-	110.658	-	(10.567)	110.658	(10.567)
Habitação em Santa Maria Sal	-	-	22.478	-	-	22.478	-
Terreno Palha Sé (5.780 metros quadrados)	-	-	21.981	-	-	21.981	-
Habitação na Praia	-	-	15.532	-	(2.033)	15.532	(2.033)
Habitação em Chã de Monte Sossego	-	-	9.291	-	(1.502)	9.291	(1.502)
	11.111	-	179.940	(11.111)	(14.102)	179.940	(14.102)

	2013						
	Saldo em 31-12-2012		Recupe- rações	Alienações	Perdas por imparidade, líquidas	Saldo em 31-12-2013	
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade
Apartamento na Praia	9.111	-	-	-	-	9.111	-
Habitação no Mindelo	2.000	-	-	-	-	2.000	-
	11.111	-	-	-	-	11.111	-

No exercício de 2014 foram alienados dois imóveis, tendo gerado menos-valias de mCve. 923 registadas na rubrica “Outros resultados de exploração”. Ainda no exercício de 2014 foram recuperados por via judicial ou recebidos através de dação em cumprimento um conjunto de 5 imóveis no valor total de mCve. 179.940. Foram registadas perdas por imparidade para os imóveis cujo valor de avaliação actualizado é inferior ao valor de balanço no valor de mCve. 14.102 (Nota 18).

Adicionalmente, com referência a 31 de Dezembro de 2014 foi constituída uma provisão para o imóvel denominado “Habitação na Praia” uma vez que se encontra a decorrer um processo judicial onde foi solicitada a nulidade do acordo de dação em cumprimento. Em virtude da inexistência de jurisprudência relativamente à situações de natureza idêntica foi entendimento do Conselho de Administração do Banco proceder à constituição de uma provisão de 50% do valor do imóvel líquido de imparidade, no montante de mCve. 5.733.

10 | OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Descrição	2014					
	Saldos em 31-12-2013			Abates líquidos	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31-12-2014
	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Adições			
Imóveis de serviço próprio						
. Terrenos	41.594	-	-	-	-	41.594
. Edifícios	147.469	(50.020)	1.485	-	(2.628)	96.306
Obras em imóveis arrendados	263.382	(201.919)	-	-	(13.577)	47.886
	452.445	(251.939)	1.485	-	(16.205)	185.786
Equipamento						
. Mobiliário e material	47.503	(30.494)	571	-	(2.792)	14.788
. Máquinas e ferramentas	25.472	(20.510)	1.669	-	(1.877)	4.754
. Equipamento informático	254.178	(235.121)	5.465	(55)	(12.729)	11.738
. Instalações interiores	14.393	(11.593)	354	-	(819)	2.335
. Material de transporte	70.219	(47.486)	9.350	-	(9.480)	22.603
. Equipamento de segurança	13.814	(10.996)	137	-	(1.185)	1.770
. Outro equipamento	40.561	(24.312)	6.394	-	(5.196)	17.447
Outros ativos tangíveis	157	(117)	-	-	(16)	24
	466.297	(380.629)	23.940	(55)	(34.094)	75.459
Ativos tangíveis em curso						
. De serviço próprio	2.145	-	-	-	-	2.145
. Despesas em edifícios arrendados	-	-	13.786	-	-	13.786
. Equipamento	3.929	(3.929)	4.305	-	-	4.305
	6.074	(3.929)	18.091	-	-	20.236
	924.816	(636.497)	43.516	(55)	(50.299)	281.481



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

10 | OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS (cont.)

Descrição	2013					
	Saldos em 31-12-2012			Abates líquidos	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31-12-2013
Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Adições				
Imóveis de serviço próprio						
· Terrenos	38.732	-	2.862	-	-	41.594
· Edifícios	113.093	(47.638)	34.376	-	(2.382)	97.449
Obras em imóveis arrendados	259.719	(188.146)	3.662	-	(13.772)	61.463
	<u>411.544</u>	<u>(235.784)</u>	<u>40.900</u>		<u>(16.154)</u>	<u>200.506</u>
Equipamento						
· Mobiliário e material	44.514	(27.857)	2.989	-	(2.637)	17.009
· Máquinas e ferramentas	24.926	(18.358)	545	-	(2.151)	4.962
· Equipamento informático	247.443	(220.789)	6.734	-	(14.331)	19.057
· Instalações interiores	14.091	(10.728)	303	-	(866)	2.800
· Material de transporte	76.219	(38.080)	-	(4.875)	(10.531)	22.733
· Equipamento de segurança	12.175	(9.794)	1.639	-	(1.202)	2.818
· Outro equipamento	38.431	(19.603)	2.130	-	(4.709)	16.249
Outros ativos tangíveis	157	(101)	-	-	(16)	40
	<u>457.956</u>	<u>(345.310)</u>	<u>14.340</u>	<u>(4.875)</u>	<u>(36.443)</u>	<u>85.668</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Activos tangíveis em curso” inclui mCve. 3.929, referentes à aquisição de um equipamento tipo “Quiosque” ATM com acesso ao site do Banco. No entanto, o projecto não foi concluído devido a dificuldades financeiras da empresa fornecedora do equipamento pelo que o Banco registou uma imparidade para a totalidade do montante (Nota 18).

No âmbito da transição para as NIRF, o Banco apurou um ajustamento negativo em capital próprio de mCve. 17.724 relativo a imparidade do imóvel de serviço próprio, determinado com base em avaliação externa independente. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a imparidade registada para o imóvel ascende a mCve. 13.743 (Nota 18).

11 | ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Descrição	Saldos em 31-12-2012			Amortizações do exercício	Saldos em 31-12-2013			Amortizações do exercício	Saldos em 31-12-2014	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições		Valor bruto	Amortizações acumuladas
Software	81.713	(78.897)	761	(1.764)	82.474	(80.661)	4.807	(1.078)	87.281	(81.739)

12 | INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2014				
			Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L	10%	10.000	58.361	31-12-2014	830.740	160.368	583.607
CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	15%	15.000	13.314	31-12-2014	89.337	(7.209)	88.758
			<u>71.674</u>				
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2013				
			Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L	10%	10.000	54.250	31-12-2013	760.100	149.060	524.501
CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	15%	15.000	15.000	31-12-2013	97.167	(4.033)	95.967
			<u>69.250</u>				

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

Nos termos do disposto no Artigo 1º da Portaria n.º 28/2013 de 15 de Maio foi autorizada a constituição da CVGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (Sociedade) com o capital social de mCve. 100.000. Trata-se de uma sociedade de garantia mútua que tem como objecto social a realização de operações financeiras em benefício de micro, pequenas e médias empresas, com vista a promover e a facilitar o seu acesso ao financiamento,



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

12 | INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (cont.)

quer junto do sistema financeiro, quer no mercado de capitais. O Banco subscreveu 15.000 ações com um valor de mCve. 15.000, correspondentes a 15% do capital da Sociedade. Nos termos do Acordo Parassocial, os accionistas instituições de crédito da Sociedade, concedem à SPMG – Sociedade de Investimento, S.A. uma opção de venda de ações da Sociedade pelo valor nominal a exercer anualmente com referência a 31 de Dezembro. Em 23 de Dezembro de 2013, foi apresentado o requerimento ao Banco de Cabo Verde para autorização do início de actividade da Sociedade. Em 18 de Dezembro de 2014 foi emitido pelo Banco de Cabo Verde o certificado de registo n.º 05/2014 e a Sociedade passou a constar do registo das Instituições Financeiras e Auxiliares do Sistema Financeiro. O Banco classificou a participação na CVGARANTE como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 15%, dado que o Banco faz parte do órgão de administração, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da CV Garante, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2014 e 2013 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	SISP	CV GARANTE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	45.022	-	45.022
Aquisição	-	15.000	15.000
Resultados em Associadas	14.234	-	14.234
Dividendos recebidos	(5.006)	-	(5.006)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	54.250	15.000	69.250
Resultados em Associadas	16.030	(1.686)	14.344
Dividendos recebidos	(11.920)	-	(11.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	58.360	13.314	71.674

13 | IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

	2014	2013
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
· Pagamentos por conta	39.026	36.313
<u>Passivos por impostos diferidos</u>		
· Por diferenças temporárias	(5.715)	(5.355)

O detalhe do movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014		
	Saldo em 31-12-2013	Varição em Capital Próprio	Saldo em 31-12-2014
<u>Movimentos efetuados por reservas</u>			
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(5.355)	(360)	(5.715)

	2013		
	Saldo em 31-12-2012	Varição em Capital Próprio	Saldo em 31-12-2013
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>	9.982	-	-
<u>Movimentos efetuados por reservas</u>			
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(4.452)	(903)	(5.355)
	5.530	(903)	(5.355)

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos. A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser demonstrada como se segue:



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

13 | IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (cont.)

	2014		2013	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		10.474		83.478
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	2.671	25,5%	21.287
Benefícios fiscais:				
· Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(35,83%)	(3.753)	(19,60%)	(16.361)
· Rendimento de obrigações admitidas à cotação	(73,44%)	(7.692)	(14,89%)	(12.434)
· Dividendos	(3,53%)	(370)	(0,85%)	(706)
· Outros	(126,54%)	(13.254)	(2,30%)	(1.916)
Encargos não aceites fiscalmente	21,21%	2.222	2,98%	2.488
Rendimento de obrigações admitidas à cotação	25,91%	2.714	3,30%	2.752
Prejuízo fiscal - activos por impostos diferidos não registados	192,22%	20.133	17,82%	14.872
	0,0%	-	7,4%	9.982

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estes rendimentos ascendem a mCve. 14.716 e mCve. 64.161, respectivamente (Nota 22).

Em Novembro de 2013, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, para fixação da matéria colectável do exercício de 2012, que resultou num crédito de imposto de mCve. 3.834. Apesar disso, o Banco contestou algumas correcções efectuadas relativamente a despesas com pessoal não declaradas e despesas de representação no montante de mCve. 4.681 e mCve. 335, respectivamente. Em Fevereiro de 2014 este pedido foi indeferido pela DGCI.

Em Agosto de 2014, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, para fixação da matéria colectável do exercício de 2013, que implicou um aumento na matéria colectável de mCve. 2.253. No mês de Setembro de 2014 o Banco exerceu o seu direito de audição contestando algumas correcções efectuadas relativamente a provisões para prestações de serviços, gastos com pessoal e despesas de exercícios anteriores.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2014.

14 | OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Devedores e outras aplicações		
· Valores a receber dos Correios de Cabo Verde	12.409	12.409
· Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	8.446	7.600
· Valores a receber do Grupo	236	4.810
· Outros	30.187	8.679
Outros activos		
· Património artístico	606	606
Rendimentos a receber		
· Outros	2.766	2.899
Despesas com encargo diferido		
· Outros gastos administrativos	12.549	6.137
Outras contas de regularização	10.094	6.699
	77.293	53.109
Imparidade de outros activos (Nota 18)	(15.717)	(14.518)
	61.576	38.591



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

15 | RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Recursos de instituições de crédito nacionais		
· Empréstimos de empresas seguradoras		
Garantia Companhia Seg Cabo Verde, S.A.	210.509	93.000
Protege Corretora Seguros	6.912	6.523
Impar - Comp. Caboverdiana de Seguros SARL	4.270	-
Ecobank Cabo Verde Soc. Unip. SA	16.411	-
Outros	22	-
	<u>238.124</u>	<u>99.523</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
· Descobertos em depósitos à ordem:		
ECV - Serviços Financeiros, S.A.	1	19.372
Unicre - Instituição de Crédito, S.A.	-	6.411
	<u>1</u>	<u>25.783</u>
· Empréstimos		
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - Euros	65.455	76.364
Caixa Geral de Depósitos - Euros	6.223	19.767
	<u>71.678</u>	<u>96.131</u>
Juros a pagar	<u>4.632</u>	<u>1.455</u>
	<u>314.435</u>	<u>222.892</u>

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Comercial do Atlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de Abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 3,36%. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco tinha esta linha utilizada em 593.615 euros e 696.177 euros (mCve. 65.455 e mCve. 76.364, respectivamente).

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco contraiu uma linha de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos no montante máximo de 5.000.000 euros (mCve. 551.325), pelo prazo de um ano, renovável por períodos iguais. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a linha de crédito encontrava-se utilizada em mCve. 6.223 e mCve. 19.767, respectivamente.

16 | RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Depósitos de poupança:		
· Poupança jovem	<u>136.536</u>	<u>140.491</u>
Depósitos à ordem		
· De residentes	5.609.370	4.996.860
· De não residentes	1.291.142	885.064
· De emigrantes	<u>532.118</u>	<u>481.310</u>
	<u>7.432.630</u>	<u>6.363.234</u>
Depósitos a prazo		
· De residentes	6.938.438	5.635.972
· De emigrantes	3.269.927	2.881.004
· De não residentes	<u>2.610.566</u>	<u>1.253.798</u>
	<u>12.818.931</u>	<u>9.770.774</u>
Operações de venda com acordo de recompra (Nota 7)		
· Obrigações do Tesouro	102.000	684.000
Outros débitos		
· Cheques e ordens a pagar	<u>77.590</u>	<u>16.998</u>
	<u>20.567.687</u>	<u>16.975.497</u>
Juros a pagar	<u>228.424</u>	<u>180.880</u>
	<u>20.796.111</u>	<u>17.156.377</u>



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

16 | RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS (cont.)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

17 | OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2008, o Banco emitiu um empréstimo obrigacionista de 100.000 obrigações com um valor nominal de 5.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tinha um prazo de 6 anos e vencia juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,9%. O reembolso seria realizado de uma só vez na data de vencimento (8 de Julho de 2014). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado um ano após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

Em 30 de Julho de 2009, o Banco anunciou junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, as seguintes alterações relativas ao empréstimo obrigacionista:

- Alteração da taxa de juro a partir do 3º cupão (inclusive):

- taxa de juro de 6% durante 4 anos, com início em 8 de Julho de 2009;
- taxa de juro igual à taxa de juro da última emissão de Obrigações do Tesouro a 5 anos realizada antes da data de revisão da taxa de juro (8 de Julho de 2013), acrescida de 0,5%, para os últimos 5 anos, com início em 8 de Julho de 2013 a 8 de Julho de 2018;

- Alteração do prazo para 10 anos a partir de Julho de 2008, mantendo-se a opção de reembolso antecipado nos termos acima descritos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os juros a pagar ascendiam a mCve. 15.254 e mCve. 14.348.

Adicionalmente, nestas datas encontravam-se a ser diferidas comissões no montante de mCve. 331.

18 | IMPARIDADE

O movimento na imparidade do Banco durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014			Saldos em 31-12-2014
	Saldos em 31-12-2013	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	
Imparidade				
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	1.388.503	24.842	(22.633)	1.390.712
Imparidade de ativos financeiros financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	40.082	-	(28.191)	11.891
	1.428.585	24.842	(50.824)	1.402.603
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 10)	17.672	-	-	17.672
Imparidade de outros ativos (Nota 14)	14.518	1.199	-	15.717
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 9)	-	14.102	-	14.102
	32.190	15.301	-	47.491
	1.460.775	40.143	(50.824)	1.450.094

	2013			Saldos em 31-12-2013
	Saldos em 31-12-2012	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	
Imparidade				
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	1.259.101	196.924	(67.522)	1.388.503
Imparidade de ativos financeiros financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	40.082	-	-	40.082
	1.299.183	196.924	(67.522)	1.428.585
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 10)	17.672	-	-	17.672
Imparidade de outros ativos (Nota 14)	5.669	8.849	-	14.518
	23.341	8.849	-	32.190
	1.322.524	205.773	(67.522)	1.460.775

Por instruções do Banco de Cabo Verde, o Banco Interatlântico apresenta a seguinte menção:

O Banco deverá ajustar o diferencial entre as imparidades e as provisões, no montante de ECV 334.542 milhares de escudos, num prazo máximo de três anos, a partir do ano de 2015, por não ter sido aplicada a Anexa à Circular Série "A", nº 179 de 2013.12.09



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

19 | OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Credores diversos		
Credores diversos - Por valores a liquidar	39.732	47.062
Sector Público Administrativo		
· Retenção de impostos na fonte	14.648	14.839
· Previdência social	2.758	2.844
· Imposto sobre o valor acrescentado	306	341
Recursos diversos		
· Conta caução	10.482	14.533
Cobrança por conta de terceiros	226	224
Outros	253	253
	<u>68.405</u>	<u>80.096</u>
Encargos a pagar		
Custos administrativos	39.775	21.795
Férias por gozar	13.313	11.739
Subsídio de férias	3.319	2.877
Prémios de produtividade	-	17.571
	<u>56.407</u>	<u>53.982</u>
Receitas com rendimento diferido		
De operações extrapatrimoniais	9.570	9.207
Anuidades de cartões	3.695	4.007
De créditos documentários	1.232	3.121
Outros	338	338
	<u>14.835</u>	<u>16.673</u>
Outras contas de regularização		
Compensação SISF	13.896	4.056
Compensação - Caução	5.484	8.507
Cartões VISA	2.465	3.319
Cheques devolvidos	2.242	1.380
ATM - Multibanco	-	5.790
Outros	2.495	1.959
	<u>26.582</u>	<u>25.011</u>
	<u>166.229</u>	<u>175.762</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Credores diversos – Por valores a liquidar” corresponde a movimentos em trânsito que foram creditados nas contas de clientes no início de 2015 e 2014, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Encargos a pagar – Subsídio de férias” corresponde à provisão para o subsídio de férias relativas ao exercício de 2014 e 2013, dos colaboradores contratados pelo Banco após Agosto de 2009, cujo pagamento apenas irá ocorrer em Janeiro de 2015 e 2014, respectivamente.

20 | CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o capital do Banco estava representado por 100.000 acções, com o valor nominal de mCve. 10 cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

Entidade	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	70 000	71,73%
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	11 687	11,98%
Adega, S.A.R.L.	6 732	6,90%
Sita, S.A.R.L.	5 447	5,58%
Outros	3 728	3,82%
	<u>97 594</u>	<u>100,00%</u>

21 | RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2014	2013
Prémios de emissão	<u>388</u>	<u>388</u>
Reservas de reavaliação		
· De ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	22.411	20.999
· De impostos diferidos (Nota 13)	(5.715)	(5.355)
Outros	-	1
	<u>16.696</u>	<u>15.645</u>
Outras reservas e resultados transitados		
· Reserva legal	142.916	135.566
· Outras reservas	706.117	639.971
· Resultados transitados	(146.396)	(146.396)
	<u>702.637</u>	<u>629.141</u>
Lucro do exercício	<u>10.474</u>	<u>73.496</u>
	<u>730.195</u>	<u>718.670</u>



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

21 | RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO (cont.)

Reservas de reavaliação

Reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

22 | JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	732.402	867.037
. Crédito vencido	77.875	77.042
. Crédito ao exterior	47.274	49.120
. Crédito ao pessoal	9.472	9.002
. Outros créditos e valores a receber - titulados		
Títulos de dívida		
De emissores públicos nacionais		
. Obrigações do Tesouro	110.202	90.105
. Bilhetes do Tesouro	3.057	-
De outros residentes	50.509	48.760
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No país	8.546	129
. No estrangeiro	3.110	6.236
Juros de disponibilidades	2	-
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	44.672	43.044
	<u>1.087.121</u>	<u>1.190.475</u>

23 | JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Juros de depósitos		
. Depósitos de poupança		
Poupança Jovem	5.171	5.541
. Depósitos à ordem		
De residentes	23.663	30.571
De não residentes	113	95
. Depósitos a prazo		
De residentes	349.289	260.323
De emigrantes	163.608	141.115
De não residentes	109.276	55.371
Juros de passivos subordinados	32.793	30.000
Juros de empréstimos		
. De residentes	9.655	5.659
. De não residentes	3.004	4.026
Juros de credores e outros recursos		
. Operações de venda com acordo de recompra (Nota 22)		
Obrigações do Tesouro	14.716	64.161
Outros juros e encargos similares	11.386	7.486
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	50	-
	<u>722.725</u>	<u>604.348</u>

Nos exercícios de 2014 e 2013, os juros de Obrigações do Tesouro colocados no mercado secundário ascenderam a mCve.14.716 e mCve. 64.161, respectivamente (Nota 23).

Nos exercícios de 2014 e 2013, o saldo da rubrica "Juros de crédito a clientes – crédito vencido" inclui essencialmente o recebimento de juros anulados em exercícios anteriores.

24 | RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes		
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	971	971
. VISA International Service Association	61	51
. Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	-	1.746
	<u>1.032</u>	<u>2.768</u>



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

25 | RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por operações sobre instrumentos financeiros	39.032	46.684
Por serviços prestados		
· Comissões de anuidades de cartões	36.092	48.048
· Comissões na emissão de cheques	11.329	13.060
	<u>47.421</u>	<u>61.108</u>
Por garantias prestadas		
· Garantias e avales	38.628	31.265
· Créditos documentários	21.260	9.148
	<u>59.888</u>	<u>40.413</u>
Outras comissões	4.763	3.774
	<u>151.104</u>	<u>151.979</u>
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por garantias recebidas		
· Créditos documentários abertos	19.720	-
· Garantias e avales	-	(441)
	<u>19.720</u>	<u>(441)</u>
Por serviços bancários prestados por terceiros		
· Comissões VISA	11.491	11.635
· Outras comissões	10.212	10.538
	<u>21.703</u>	<u>22.173</u>
	<u>41.423</u>	<u>21.732</u>

26 | RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014			2013		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	27.895	(2.891)	25.004	29.806	(5.895)	23.911
Resultados em notas e moedas	18.157	(2.360)	15.797	19.915	(6.885)	13.030
	<u>46.052</u>	<u>(5.250)</u>	<u>40.802</u>	<u>49.721</u>	<u>(12.780)</u>	<u>36.941</u>

27 | RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica corresponde a perdas e ganhos na alienação de outros activos tangíveis no montante de mCve. 976 e mCve. 1.125, respectivamente.

28 | OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Outros proveitos de exploração</u>		
Prestação de serviços diversos:		
· Taxa de serviço	35.332	36.786
· Cartões de crédito	23.115	22.903
· Outros	10.298	9.370
Reembolso de despesas	65	47
Recuperação de crédito	26.452	-
Outros	6.776	333
	<u>102.037</u>	<u>69.439</u>
<u>Outros custos de exploração</u>		
Outros impostos	(4.659)	(4.039)
Donativos e quotizações	(2.431)	(3.207)
Outros	(13.912)	(14.061)
	<u>(21.003)</u>	<u>(21.307)</u>
	<u>81.034</u>	<u>48.132</u>



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

28 | OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO (cont.)

Em 2014 e 2013, a rubrica “Outros gastos de exploração – outros” inclui os montantes de mCve. 11.561 e mCve. 11.377, respectivamente, relativos a comissões cobradas pela CGD sobre cada transferência efectuada para o estrangeiro por clientes do Banco. Esta comissão é debitada ao Banco no momento em que a transferência é executada pela CGD, sendo posteriormente cobrada pelo Banco aos respectivos clientes. As comissões cobradas aos clientes são registadas na rubrica “Outros proveitos de exploração – prestação de serviços diversos – outros” e ascendem a mCve. 10.044 e mCve. 9.032 em 2014 e 2013, respectivamente.

Em 2014, a rubrica “Recuperação de crédito”, inclui mCve. 22.445 relativos à recuperação do crédito associado ao imóvel “Habitação Santa Maria Sal” (Nota 9) que se encontrava abatido ao activo com referência a Dezembro de 2013.

29 | CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Remunerações dos empregados	163.019	156.916
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	25.278	24.419
Encargos sociais e obrigatórios	21.591	20.759
Prémios de produtividade		
- Órgãos de gestão e fiscalização	-	8.821
- Empregados	-	2.809
Outros	5.183	3.223
	<u>215.071</u>	<u>216.947</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2014	2013
Direção	5	5
Coordenadores	9	7
Responsáveis / Gerentes	29	26
Administrativos	72	74
Auxiliares	4	5
	<u>119</u>	<u>117</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os números apresentados acima incluem 32 e 43, respectivamente, colaboradores com contrato de trabalho a termo certo.

30 | GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Serviços especializados		
. Serviços especializados - SISP	38.375	37.826
. Serviços de informática	33.910	32.022
. Segurança e vigilância	18.298	17.957
. Serviços de limpeza	7.224	7.190
. Honorários	5.939	1.611
. Serviços de auditoria	4.504	4.755
. Serviços de manutenção	897	4.155
. Outros serviços especializados	44.364	11.362
Rendas e alugueres	30.918	27.207
Água, energia e combustíveis	24.255	23.423
Publicidade e edição de publicações	19.466	24.032
Comunicações e despesas de expedição	16.245	16.116
Impressos e material de consumo corrente	12.279	11.212
Transportes	8.774	6.615
Seguros	8.587	8.064
Deslocações, estadas e representação	7.132	10.722
Conservação e reparação	5.434	7.894
Formação de pessoal	2.372	5.590
Outros	1.306	1.262
	<u>290.279</u>	<u>259.015</u>



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

31 | PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2014	2013
Passivos eventuais		
· Garantias e avales prestados	3.137.154	2.106.864
· Créditos documentários abertos	750.296	1.059.235
	<u>3.887.450</u>	<u>3.166.099</u>
Depósito e guarda de valores	3.694.425	1.817.735
	<u>7.581.875</u>	<u>4.983.834</u>

32 | SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- **Negociação e vendas** – Compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;
- **Banca comercial** – Inclui as actividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector
- **Banca de retalho** - Compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2014			
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total
Juros e rendimentos similares	185.454	647.287	254.380	1.087.121
Juros e encargos similares	(56.888)	(307.701)	(358.136)	(722.725)
MARGEM FINANCEIRA	<u>128.566</u>	<u>339.586</u>	<u>(103.756)</u>	<u>364.396</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	1.032	-	-	1.032
Rendimentos com serviços e comissões	36.325	77.985	36.704	151.014
Encargos com serviços e comissões	(13.811)	(12.760)	(14.852)	(41.423)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para v	2.857	-	-	2.857
Resultados de reavaliação cambial	-	30.272	10.530	40.802
Resultados de alienação de outros ativos	(976)	-	-	(976)
Outros resultados de exploração	-	62.850	18.184	81.034
PRODUTO BANCÁRIO	<u>153.993</u>	<u>497.933</u>	<u>(53.190)</u>	<u>598.736</u>
Outros custos e proveitos				(588.262)
Resultado líquido do exercício				<u>10.474</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.038.922	-	-	4.038.922
Disponibilidades em outras instituições de crédito	888.818	-	-	888.818
Ativos financeiros disponíveis para venda	281.241	-	-	281.241
Aplicações em instituições de crédito	2.484.422	-	-	2.484.422
Títulos de dívida pública	2.407.802	-	-	2.407.802
Crédito a clientes	-	8.607.580	4.199.410	12.806.990
Recursos de outras instituições de crédito	314.435	-	-	314.435
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	9.610.440	11.185.671	20.796.111
Outros passivos subordinados	514.914	-	-	514.914



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

32 | SEGMENTOS OPERACIONAIS (cont.)

	2013			
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total
Juros e rendimentos similares	145.230	702.509	342.736	1.190.475
Juros e encargos similares	(47.170)	(256.103)	(301.075)	(604.348)
MARGEM FINANCEIRA	98.060	446.406	41.661	586.127
Rendimentos de instrumentos de capital	2.768	-	-	2.768
Rendimentos de serviços e comissões	-	102.145	49.834	151.979
Encargos com serviços e comissões	-	(9.989)	(11.743)	(21.732)
Resultados de reavaliação cambial	36.941	-	-	36.941
Resultados de alienação de outros activos	1.125	-	-	1.125
Outros resultados de exploração	-	22.124	26.008	48.132
PRODUTO BANCÁRIO	138.894	560.686	105.760	805.340
Outros gastos e rendimentos				(731.844)
Resultado do exercício				73.496
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	745.547	-	-	745.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito	648.788	-	-	648.788
Activos financeiros disponíveis para venda	330.680	-	-	330.680
Aplicações em instituições de crédito	3.311.265	-	-	3.311.265
Títulos de dívida pública	1.397.776	-	-	1.397.776
Crédito a clientes	-	8.679.246	4.234.374	12.913.620
Recursos de outras instituições de crédito	222.892	-	-	222.892
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	7.885.815	9.270.562	17.156.377
Outros passivos subordinados	514.017	-	-	514.017

33 | ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e as empresas associadas.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais:

	2014						
	Grupo Caixa Geral de Depósitos						
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	Promoleasing	Associadas	CV Garante
Ativos:							
Disponibilidades em outras instituições de crédito	693.651	11.120	1.013	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	1.066.300	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	246.337	15.307	5.250	-	-
Crédito a clientes	-	-	4.014	-	-	-	-
Imparidade	-	-	(10.011)	(1.880)	-	-	-
Outros activos	133	-	182	-	-	77.206	13.314
Passivos:							
Recursos de outras instituições de crédito	-	6.223	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	35	-	104.981	72.895
Outros passivos subordinados	-	-	-	36.934	-	-	-
Outros Passivos	-	30	20.371	1.380	-	4.466	-
Extrapatrimoniais:							
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	27.163	-
Rendimentos:							
Juros e rendimentos similares	3.107	-	290	-	-	16.030	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-	-	58.935	-
Gastos:							
Juros e encargos similares	-	559	-	2.788	-	857	-
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	-	-	1.639	-
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	-	37.131	-



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

33 | ENTIDADES RELACIONADAS (cont.)

	2013					
	Grupo Caixa Geral de Depósitos					
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	Garantia	PromoleasingAssociadas
Ativos:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	492.738	102	21.761	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	18.201	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	246.337	15.307	81.677	5.250
Crédito a clientes	-	-	5.349	-	-	-
Imparidade	-	-	(10.010)	(1.880)	(28.192)	-
Outros ativos	-	-	4.810	-	2.161	2.899
Passivos:						
Recursos de outras instituições de crédito	-	19.767	-	-	93.000	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	88.289
Outros passivos subordinados	-	-	-	47.165	23.727	-
Outros Passivos	-	-	222	1.380	-	4.229
Extrapatrimoniais:						
Juros e rendimentos similares	124	-	368	-	-	41
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.746	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-	-	22.603
Gastos:						
Juros e encargos similares	-	1.209	-	2.779	3.942	199
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	-	-	1.997
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	11.503	37.826
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	-	-	196	-	-	12

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2014, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco ascenderam a mCve. 23.928 (mCve. 26.712 no exercício de 2013).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 2.405 e mCve. 2.381, respectivamente.

34 | DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos matching, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transacções de turismo.

Risco de liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do cash flow diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Activos e Passivos e é actualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No cash flow leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI excepção, a gestão da liquidez não riscos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

O Banco dispõe ainda de linha de crédito contratada junto da Caixa Geral de Depósitos para fazer face a uma eventual necessidade pontual de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

34 | DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS (cont.)

Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2014	2013
Títulos de dívida pública	2.407.802	1.397.776
Aplicações em instituições de crédito	2.484.422	3.311.265
Crédito a clientes	12.806.990	12.913.620
	15.291.412	16.224.885
Garantias e avales	3.137.154	2.106.864
Créditos documentários abertos	750.296	1.059.235
	3.887.450	3.166.099
Exposição máxima	21.586.664	20.788.760

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	2014				2013			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Crédito a empresas								
Vincendo	5.231.076	16.597	1.191.472	6.439.145	6.012.663	53.178	969.340	7.035.181
Vencido	453	1.189	2.192.291	2.193.933	1.847	400.163	1.539.748	1.941.758
	5.231.529	17.786	3.383.763	8.633.078	6.014.510	453.341	2.509.088	8.976.939
Crédito à habitação								
Vincendo	2.550.610	38.117	242.138	2.830.865	2.536.939	35.879	202.015	2.774.833
Vencido	-	185	64.652	64.837	-	113	56.824	56.937
	2.550.610	38.302	306.790	2.895.702	2.536.939	35.992	258.839	2.831.770
Outros créditos								
Vincendo	1.241.540	72.367	303.329	1.617.236	1.290.642	27.024	243.913	1.561.579
Vencido	2.973	4.411	146.382	153.766	2.414	1.268	106.392	110.074
	1.244.513	76.778	449.711	1.771.002	1.293.056	28.292	350.305	1.671.663
Crédito ao Sector Público								
Vincendo	168.343	-	42.789	211.132	202.901	-	-	202.901
Vencido	-	-	36.926	36.926	-	-	49.270	49.270
	168.343	-	79.715	248.058	202.901	-	49.270	252.171
Total crédito vincendo	9.191.569	127.081	1.779.728	11.098.378	10.043.145	116.081	1.415.268	11.574.494
Total crédito vencido	3.426	5.785	2.440.251	2.449.462	4.261	401.544	1.752.234	2.158.039
Total de crédito	9.194.995	132.866	4.219.979	13.547.840	10.047.406	517.625	3.167.502	13.732.533
Extrapatrimoniais								
Garantias e créditos documentários a empresas								
Vincendo	3.132.218	-	5.400	3.137.618	2.818.237	-	-	2.818.237
Extrapatrimoniais								
Garantias e créditos documentários a Sector Público								
Vincendo	-	-	46.302	46.302	-	-	-	-
Garantias e créditos documentários a empresas								
Vincendo	-	500.655	195.829	696.484	-	-	334.689	334.689
Garantias pessoais								
Vincendo	7.046	-	-	7.046	13.173	-	-	13.173
Total de extrapatrimoniais	3.139.264	500.655	201.229	3.887.450	2.831.410	-	334.689	3.166.099

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

“Créditos sem incumprimento”

- Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;

“Créditos com incumprimento”

- Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
- Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

34 | DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS (cont.)

“Créditos em default” - créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria. Adicionalmente, créditos reestruturados que estivessem classificados na posição “Créditos em default” na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena. Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica “Crédito vencido” inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso. Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 5.258.115 (mCve. 4.279.521 em 31 de Dezembro de 2013), ascendendo a imparidade a mCve. 1.115.347 (mCve. 980.780 em 31 de Dezembro de 2013). Conforme descrito na Nota 2.2. c) ii) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objecto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2014			2013		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas	464.726	525.119	989.845	425.863	422.004	847.867
Particulares	355.203	189.625	544.828	304.494	101.871	406.365
	<u>819.929</u>	<u>714.744</u>	<u>1.534.673</u>	<u>730.357</u>	<u>523.875</u>	<u>1.254.232</u>

Justo Valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

	2014				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.038.922	4.038.922	-	-	4.038.922
Disponibilidades em outras instituições de crédito	888.818	888.818	-	-	888.818
Activos financeiros disponíveis para venda	252.469	252.469	-	28.772	281.241
Aplicações em instituições de crédito	2.484.422	2.484.422	-	-	2.484.422
Títulos de dívida pública	2.407.802	2.477.151	69.349	-	2.407.802
Crédito a clientes	12.806.990	12.587.021	(219.969)	-	12.806.990
	<u>22.879.423</u>	<u>22.728.803</u>	<u>(150.620)</u>	<u>28.772</u>	<u>22.908.195</u>
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	314.435	315.407	972	-	314.435
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.796.111	20.845.162	49.051	-	20.796.111
Outros passivos subordinados	515.245	516.753	1.508	(331)	514.914
	<u>21.625.791</u>	<u>21.677.322</u>	<u>51.531</u>	<u>(331)</u>	<u>21.625.460</u>

	2013				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	745.547	745.547	-	-	745.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito	648.788	648.788	-	-	648.788
Activos financeiros disponíveis para venda	301.909	301.909	-	28.771	330.680
Aplicações em instituições de crédito	3.311.265	3.311.265	-	-	3.311.265
Títulos de dívida pública	1.397.776	1.372.379	(25.397)	-	1.397.776
Crédito a clientes	12.913.620	12.635.431	(278.189)	-	12.913.620
	<u>19.318.905</u>	<u>19.015.318</u>	<u>(303.587)</u>	<u>28.771</u>	<u>19.347.676</u>
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	222.892	223.743	851	-	222.892
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.156.377	17.231.260	74.883	-	17.156.377
Outros passivos subordinados	514.348	527.000	12.652	(331)	514.017
	<u>17.893.617</u>	<u>17.982.003</u>	<u>88.386</u>	<u>(331)</u>	<u>17.893.286</u>



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

34 | DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS (cont.)

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:

As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa, enquadrando-se deste modo no nível 1 de valorização previsto na Norma IFRS 13;

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa, tendo por base modelos de fluxos de caixa, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização previsto na Norma IFRS 13. Face aos valores obtidos serem semelhantes aos apurados em 2013, não foi alterada a valorização destes títulos. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de mercado das acções do BCA, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 22.484 e mCve. 21.769, respectivamente. O Banco valorizou as acções com base na avaliação acima mencionada, dada a reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 5.436 e mCve. 5.366, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

As participações na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2014					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	45.992	21.399	10.335	(9.665)	(18.716)	(35.169)
Total activo sensível	45.992	21.399	10.335	(9.665)	(18.716)	(35.169)

	2013					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	34.747	16.294	7.899	(7.442)	(14.463)	(27.367)
Total activo sensível	34.747	16.294	7.899	(7.442)	(14.463)	(27.367)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2014 e 2013, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projectação margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2014	(14.877)	(7.441)	(3.721)	3.721	7.441	14.883
Exercício de 2013	(27.601)	(11.897)	(4.422)	9.866	16.711	29.873

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2014 e 2013, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

34 | DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS (cont.)

referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2014				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.624.720	372.247	14.917	27.038	4.038.922
Disponibilidades em outras instituições de crédito	855.552	4.228	15.199	13.839	888.818
Activos financeiros disponíveis para venda	281.241	-	-	-	281.241
Aplicações em instituições de crédito	2.466.250	-	18.199	-	2.484.449
Títulos de dívida pública	2.407.802	-	-	-	2.407.802
Crédito a clientes (líquido)	11.076.530	1.742.236	-	-	12.818.766
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	71.674	-	-	-	71.674
Outros activos	61.576	-	-	-	61.576
	20.845.345	2.118.711	48.315	40.877	23.053.248
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(233.649)	(80.396)	(390)	-	(314.435)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(20.457.546)	(281.987)	(46.515)	(10.063)	(20.796.111)
Outros passivos subordinados	(514.914)	-	-	-	(514.914)
Outros passivos	(111.419)	(3.797)	(8.760)	(30.814)	(154.790)
	(21.317.529)	(366.180)	(55.665)	(40.877)	(21.780.251)
Exposição líquida	(472.184)	1.752.530	(7.349)	-	1.272.997

	2013				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	283.163	420.708	18.555	23.121	745.547
Disponibilidades em outras instituições de crédito	70.968	503.791	70.578	3.451	648.788
Activos financeiros disponíveis para venda	330.680	-	-	-	330.680
Aplicações em instituições de crédito	3.284.996	8.442	17.827	-	3.311.265
Títulos de dívida pública	1.397.776	-	-	-	1.397.776
Crédito a clientes (líquido)	11.144.343	1.769.277	-	-	12.913.620
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	69.250	-	-	-	69.250
Outros activos	38.591	-	-	-	38.591
	16.619.767	2.702.218	106.960	26.572	19.455.517
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(106.640)	(105.540)	(10.712)	-	(222.892)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(16.853.880)	(210.238)	(91.528)	(731)	(17.156.377)
Outros passivos subordinados	(514.017)	-	-	-	(514.017)
Outros passivos	(175.367)	(395)	-	-	(175.762)
	(17.649.904)	(316.173)	(102.240)	(731)	(18.069.048)
Exposição líquida	(1.030.137)	2.386.045	4.720	25.841	1.386.469



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

35 | GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos de gestão do Capital no Banco, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade;

Para atingir os objectivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efectuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A actividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, a qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 300 milhões de Escudos de Cabo Verde, para os bancos;
- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afecto às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;
- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 10%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;

- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;
- Os limites às participações em outras sociedades que não sejam outras instituições de crédito, instituições par bancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas ($\geq 10\%$ do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 10%.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco. No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, nos finais de 2014 e de 2013:



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (cont.)

35 | GESTÃO DE CAPITAL (cont.)

Gestão do Capital	Dezembro de 2013	Dezembro de 2014	Variação
Fundos Próprios de Base	1.405.804	1.368.178	(37.626)
Capital Social	1.000.000	1.000.000	-
Reservas e Prémios	775.926	849.422	73.496
Resultado Líquido	36.748	5.237	(31.511)
Resultados Transitados e outros (Impacto transição para NIRF)	(148.209)	(151.938)	(3.729)
Provisões adicionais	(258.660)	(334.543)	(75.883)
Fundos Próprios Complementares	507.822	508.348	526
Obrigações subordinadas	500.000	500.000	-
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	7.822	8.348	526
Deduções aos Fundos Próprios totais	56.075	48.674	(7.401)
Participações em Instituições de Crédito	44.964	48.674	3.710
Excesso na concentração de risco	-	-	-
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	11.111	-	(11.111)
Total dos Fundos Próprios Elegíveis	1.857.551	1.827.852	(29.699)
Total do Activo Ponderado	14.790.931	15.565.718	774.787
Rácios	Dezembro de 2013	Dezembro de 2014	Variação
Fundos Próprios de Base	9,50%	8,79%	-0,71%
Fundos Próprios Complementares	3,43%	3,27%	-0,17%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,38%	-0,31%	0,07%
Rácio de Solvabilidade	12,56%	11,74%	-0,82%

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

a) Fundos Próprios de Base:

Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

- O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;
- O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios Líquido dos impostos e dividendos a entregar aos accionistas e apenas se tiver sido objecto de certificação por

Auditor Externo;

- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspectiva de prudência, como factor de correcção.

(ii) Fundos Próprios Complementares:

São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde.

O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;
- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde

(iii) Deduções aos Fundos Próprios:

Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.
- Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;
- O valor líquido de balanço dos activos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completem dois anos sobre a data em que os activos não financeiros em causa tenham sido recebidos;
- Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja



12 | NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(cont.)*

35 | GESTÃO DE CAPITAL *(cont.)*

superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os activos ponderados são hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adoptado para as posições extra-patrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respectivo rácio de solvabilidade.



13 | PARECER DO AUDITOR EXTERNO E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição no CRCC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Séculos Antares Salazar
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-904 Lisboa
Portugal

Tel: +351 210 427 900
Fax: +351 210 427 903
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCvE.)

Ao Conselho de Administração
do Banco Interatlântico, S.A.R.L.

Introdução

1. Audítamos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A.R.L. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de mCvE. 23.533.332 e um capital próprio de mCvE. 1.730.195, incluindo um resultado líquido de mCvE. 10.474, as Demonstrações dos Resultados, dos Resultados e do Curo Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos relacionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conhecer procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria.

Deloitte.

Página 2 de 2

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição no CRCC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2014, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfase

7. A carteira de crédito do Banco em 31 de Dezembro de 2014 inclui montantes relevantes de crédito a empresas do sector imobiliário e da construção, incluindo o financiamento de alguns projectos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra actualmente suspensa. O Banco tem em curso medidas com vista à recuperação destes créditos e, na generalidade das situações, tem hipotecas sobre os respectivos terrenos ou imóveis. Neste contexto, no exercício de 2014 foram recebidos em dação em cumprimento de créditos vencidos imóveis cujo montante total ascende a mCvE. 179.740, parte dos quais correspondente a terrenos para construção, e já no início de 2015 concretizou-se a dação de um conjunto adicional de imóveis, tendo estas operações sido consideradas na determinação da imparidade de crédito com referência a 31 de Dezembro de 2014. A concretização das expectativas de recuperação reflectidas na imparidade atribuída pelo Banco está dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde, dos resultados das medidas concretas de recuperação que se encontram em curso e do sucesso dos esforços a desenvolver pelo Banco ao nível da comercialização dos imóveis que recuperar.

Lisboa, 31 de Março de 2015

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.

107



13 | PARECER DO AUDITOR EXTERNO E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Nos termos da lei e dos Estatutos do Banco Interatlântico e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração no seu Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
2. O Conselho Fiscal analisou o conteúdo do Relatório de Auditoria emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC S.A., com a qual declara concordar, dando-o aqui como integralmente reproduzido. De acordo com as Normas Internacionais de Auditoria os auditores externos certificam que as Demonstrações Financeiras que compreendem o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, as Alterações nos Capitais Próprios, os Fluxos de Caixa e o correspondente anexo, expressam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco Interatlântico, em 31 de Dezembro de 2014, e foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.
3. O Conselho Fiscal constatou que a ênfase apontada no relatório dos auditores, relativamente à carteira de crédito, com a qual declara igualmente concordar, diz respeito aos elevados montantes de crédito concedido a empresas do sector imobiliário e da construção, incluindo financiamento de alguns projectos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra actualmente suspensa. Não obstante as garantias reais da generalidade das operações, e o facto de, no decurso do exercício de 2014, terem sido recebidos em dação, imóveis no valor total de cerca de 180 mil contos, as expectativas de cobrabilidade reflectidas na imparidade atribuída pela gestão do Banco, face aos respectivos valores de avaliação, estão dependentes da evolução que se verificar no mercado imobiliário/turístico de Cabo Verde e a gestão concreta algumas medidas em curso no sentido de resolução das situações mais difíceis, eventualmente executando as garantias hipotecárias, ou negociar dações em cumprimento.
4. No desenvolvimento do seu trabalho, o Conselho Fiscal acompanhou, com a periodicidade e extensão que considerou mais adequadas, a evolução da actividade do Banco Interatlântico, a regularidade dos registos contabilísticos e conferência dos valores em cofre. Analisou e verificou os principais actos de gestão tendo consultado as Actas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, com apreciação casuística de

algumas decisões tomadas, nomeadamente em matéria de crédito a clientes e crédito a empregados.

5. Nos termos Estatutários do Banco Interatlântico, o Conselho Fiscal debruçou-se, ainda, sobre os Relatórios sobre o Sistema de Controlo Interno, elaborados pelo Conselho de Administração, cada um com especificações próprias, dirigidos ao Banco de Cabo Verde e ao accionista Caixa Geral de Depósitos para ser presente às autoridades de supervisão bancária em Portugal, tendo emitido os respectivos pareceres, nos termos normativos daquelas entidades, que foram anexados aos Relatórios mencionados.
6. No desenvolvimento da sua acção fiscalizadora, cujas principais conclusões ficaram registadas na Acta nº 29 da reunião anual ordinária, de 27 de Abril de 2015, e foram comunicadas ao Conselho de Administração, o Conselho Fiscal verificou que:
 - a) As Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da posição financeira do Banco, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
 - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - c) O Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspectos mais significativos;
 - d) A proposta da aplicação de resultados contempla as disposições legais e estatutárias aplicadas.
7. O Conselho Fiscal entende que as verificações e análises efectuadas proporcionam uma base aceitável para expressar o seu parecer sobre os documentos a serem apresentados à Assembleia Geral. Nestes termos, o Conselho Fiscal dá o seu parecer positivo a que a Assembleia Geral aprove o Relatório do Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração.

Cidade da Praia, 27 de Abril de 2015

O Presidente do Conselho Fiscal

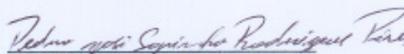


(João Manuel Barata da Silva)

Os Vogais do Conselho Fiscal



(Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes)
Auditor Certificado nº 31



(Pedro José Sapinho Rodrigues Pires)



Banco Interatlântico

Av. Cidade de Lisboa | CP 131 - A | Praia - Santiago | Telefone: +(238) 260 36 86/ 260 36 87 Fax: + (238) 261 47 52 | E-mail: bi@bi.cv | Site: <http://www.bi.cv>